



Autores:

Pedro Ferreira Gomes Barbosa

Professor com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Presidente do Instituto Alexandre Herculano de História Regional e do Municipalismo, Consultor científico da Fundação da Batalha de Aljubarrota, Director do Plano Arqueológico de Alcobaca, Membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Membro do Centre Européen de Recherche des Congrégations et Ordres Religieux, Consultor científico do projecto Terras Quentes.

Carlos Alberto Santos Mendes

Mestre em História Regional e Local, Licenciado em História e Arqueologia, Investigador externo do Instituto Alexandre Herculano de História Regional e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Presidente da Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes", Responsável e coordenador do Projecto "Terras Quentes".

Patrocínios:



DE MACEDO A MACEDO DOS CAVALEIROS
A FIGURA DE MARTIM GONÇALVES DE MACEDO

PEDRO GOMES BARBOSA
CARLOS SANTOS MENDES

Pedro Gomes Barbosa
Carlos Santos Mendes

DE MACEDO



A MACEDO
DOS CAVALEIROS



A FIGURA DE
MARTIM GONÇALVES
DE MACEDO



Macedo de Cavaleiros
2006

De Macedo



a

Macedo dos Cavaleiros



(Via Aljubarrota)

A figura de *Martim Gonçalves de Macedo*

Pedro Gomes Barbosa
Carlos Santos Mendes

Macedo de Cavaleiros -2006

ÍNDICE

- 1- Introdução
- 2- Sobre a ascendência e descendência do Senhor de Macedo de Cavaleiros
 - 2.1- Manuel Abranches Soveral
 - 2.2- Frei Manuel dos Santos
 - 2.3- Abade de Baçal
 - 2.4- José Travaços dos Santos
 - 2.5- Armorial Lusitano
 - 2.6- Cristóvão Alão de Morais
 - 2.7- Felgueiras Gaio
- 3- As Armas
- 4- A varonia de Martins Gonçalves de Macedo.
 - 4.1- A ascendência de Martim Gonçalves de Macedo
 - 4.2- A descendência de Martim Gonçalves de Macedo
- 5- A dúvida sobre o episódio de Martim Gonçalves de Macedo em Aljubarrota
- 6- Aljubarrota, a “BATALHA REAL”
- 7- Após Aljubarrota
- 8- Acerca do túmulo de Martim Gonçalves de Macedo no Mosteiro da Batalha
 - 8.1 -Quem é o Martim Gonçalves de Maçada!
- 9- Conclusão
- 10- Bibliografia
 - 10.1- Documentos manuscritos da chancelaria de D. João I

Nota de Abertura

O homem certo no local e no momento certo é uma máxima que sintetiza muitos daqueles momentos felizes e raros em que uma história se decide por um gesto. É a frase que serve como uma luva ao episódio protagonizado por um dos maiores macedenses de todos os tempos: Martim Gonçalves de Macedo. Escudeiro de D.João, Mestre de Avis, a sua acção na Batalha de Aljubarrota esteve à altura do momento. Salvou a vida do Rei. Salvou a história do Reino.

Os séculos vieram trazer muita poeira sobre este facto. Ficou dele a lenda e, mesmo esta, muito abafada no meio de um campo que lhe foi hostil. O seu gesto e aquela missão na crise de 1383-85, que ele e os seus companheiros desempenharam vitoriosamente, não foi saudado em festa por toda a *Terra de Bragança*. Macedo foi sempre uma terra aparte...

Traz este livro à luz, tirado de tão injusto esquecimento e espanadas tão incómodas poeiras, o homem e o gesto heróico. Que a todos nos honra e nos enobrece. Por mais estranho que possa parecer a muitos, no século XXI, vir aqui e agora recordar e homenagear um macedense do século XIV, o facto é que este livro tem um condão curioso: o de com esta publicação os honrados acabarmos por ser nós, macedenses, ao ter tão *esforçado* antepassado, e a homenagem acaba por ser para todos seus actuais conterrâneos!

Martim Gonçalves de Macedo é muito mais do que uma lenda. O seriíssimo e profundo trabalho de investigação aqui escrito faz dele um nosso herói real cujo acto pode servir de modelo numa época tão necessária de heróis!

Bem hajam os seus autores!

E que viva, em todos nós, o Cavaleiro Martim Gonçalves de Macedo!

Beraldino Pinto

Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros

*Nos nom somos nados a nos mesmos,
porque huua parte de nos tem a terra, e outra os parentes.
E porem ho joizo do homem, acerca de tall terra ou pessoas,
rrecomtamdo seus feitos, sempre çopega*

Fernão Lopes (prólogo pág.3) citando Túlio Cícero (106-43 a.C.)

1- Introdução

É comum visualizar-se a história como uma matéria de estudo escolar, despolitizando-se e reduzindo-se o imaginário social, rotulando-se os feitos históricos, negando a historicidade aos sucessos e insucessos, quando se devia entendê-la como um instrumento útil para compreender melhor o presente e planificar o futuro.

É recorrente transmitir-se a história do País como se fosse um conto. Era uma vez...,isto é, começa-se por contextualizar a história, situando o leitor em determinado tempo espaço e lugar. Mas o que significa 1385, 1640, ou 1974, quando não se transmite as misérias, as grandezas, as ambições de interesses, as lutas pelo poder ou as relações interpessoais?

Todo o trabalho do historiador é político, não se pode estudar a inquisição como se de um tratado de biologia se tratasse. Por outro lado, o trabalho do historiador ou tem utilidade fora da sala de aula ou então não serviu de nada. O nosso passado deve ajudar-nos a deixar de pensar que sempre tudo esteve mal, pelo contrário, ele, na sua riqueza e exemplos de mais de 800 anos de história pró-activa e mais de 8.000 anos pré-activa, deve possibilitar-nos sonhar com um país melhor.

Sendo uma herança comum a história do nosso país é um direito de todos, com vencedores e vencidos. O historiador deve ter cuidado ao seleccionar o importante e o acessório, pois quem fica fora da história morre para sempre.

O património mais importante de um país é a sua identidade. Foi prática do Estado Novo (assim como de todos os regimes totalitários) recorrer à sua adulteração (talvez uma das suas práticas mais cruéis) para muscular o regime e se perpetuar.

Foi utilizada a exaltação dos feitos sobrenaturais e a perfeição, imagens úteis ao discurso do poder, quando os exemplos a imitar devem provir de atitudes humanas de pessoas falíveis, mistura de debilidades, defeitos e virtudes dentro dos triunfos e derrotas, das alegrias e tristezas, das nossas glórias e misérias como de álbum de família se tratasse.

Não se pode despolitizar a história despojando-a dos seus motores sociais, económicos e culturais. Não se pode despolitizar a história através da exaltação ou injúria dos protagonistas do nosso passado rompendo, assim, com o vínculo passado-presente fundamental para despertar o interesse dos presentes e dos vindouros.

A nossa história contém personagens que, ou não são referidas ou pela aparente menoridade dos seus actos, não têm direito a grandes registos como é o caso de Martim Gonçalves de Macedo, Transmontano, Macedense. (e, como tantos outros que passaram para o esquecimento da história do país).

Tenta-se, com esta obra, a sua reabilitação e nobilitação recordando o seu acto de bravura na Batalha de Aljubarrota que terá (como outros que ficaram pelos bastidores da nossa história) propiciado, para o bem e para o mal, sermos o povo e a nação que hoje somos e, também, dar mais substância à história de um concelho, Macedo de Cavaleiros que, (assim como toda a região em que se insere), tem sido tratado como personagem menor, do todo nacional, qual personagem histórica de segundo ou terceiro plano.

As monografias sobre Macedo de Cavaleiros são escassas. Armando Pires, na sua obra sobre o Concelho, editada em 1963 (e reeditada em 1993, pelos edis de então) é uma obra esforçada, mas sintonizada com a visão histórico-política da sua época sofrendo, porventura, de fortes condicionantes resultante da sua formação académica e, das suas

raízes. Este autor considerava Macedo de Cavaleiros “um burgo pobre e ignorado”, comparando com outras localidades do concelho, mormente Chacim e Cortiços.

Na obra, Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo – contributos para um programa integrado ¹ fez-se um esforço (após análise à evolução demográfica e construtiva, bem como a outros factos históricos), chegando-se a uma conclusão bem diferente.

Este trabalho agora apresentado, tem como objectivo essencial a figura de Martim Gonçalves de Macedo, ligando-se esta personagem não só ao facto histórico ocorrido na tarde de 14 de Agosto de 1385, no campo de S. Jorge em Aljubarrota, como também pela análise aos dados genealógicos disponíveis e aos acartados pelos diversos autores nacionais, o seu vínculo a Macedo de Cavaleiros.

Nota:

¹ Mendes, Carlos Alberto Santos – Macedo de Cavaleiros cultura património e turismo – contributos para um programa integrado – Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005.

2- Sobre a ascendência e descendência do Senhor de Macedo de Cavaleiros.

Nos finais do século XII aparece-nos a primeira referência ao 1º senhor de Macedo de Cavaleiros². Este título é atribuído a **João Gomes do Vinhal** que terá casado c.1180 com Maria (ou Márcia) Pires de Aguiar e deste casamento resultou o nascimento de 7 filhos; Gonçalo Anes de Aguiar, Berengária Folch de Cardo, D. Martim Anes do Vinhal, Sancha Pires de Paiva, Lourenço Anes, Inês de Oliveira do Vinhal e **Afonso Gonçalves de Macedo**. É a linhagem deste último que iremos seguir e, para o qual, já não se encontra o título de Senhor de Macedo de Cavaleiros, existindo somente um autor a admitir a continuação do título em Afonso Gonçalves de Macedo.

Da união de **Afonso Gonçalves de Macedo** com Elvira Fernandes de Cabanões nasceram quatro filhos; João Gonçalves de Macedo, Afonso Gonçalves de Macedo (homem que terá sido enviado por D. Afonso III à província do Minho examinar as terras honradas), Dórdia Afonso e **Gonçalo Rodrigues de Macedo**.

Seguindo a varonia de **Gonçalo Rodrigues de Macedo** que casa em c. 1270, não se sabendo o nome da mulher, perfilha os títulos de Senhor de Macedo de Cavaleiros e Senhor da Quinta de Panóias. É Mordomo-Mor do Rei D. Afonso III, e Alcaide-mor do Castelo da Feira, já no reinado de D. Dinis. É pai de um só filho, **João Gonçalves de Macedo**.

²- Gaio, Felgueiras in Nobiliário de Famílias de Portugal vol VII, pág. 9 “João Gomes do Vinhal fº de Egas Gomes Viegas foi Sr. da terra de Maceda, donde se deduziu este appellido de Macedo (Macedo de Cavalleiros na Com.ca de Braga.ça)”.

João Gonçalves de Macedo que casa, c. 1290, com Urraca Esteves de Avellar. Vive no reinado de D. Dinis (1261-1325 - rei em 1279) " e é seguidor de D. Afonso IV seu filho". Por esta razão viveu, ao que parece, na Galiza. É pai de três filhos; Estêvão Anes de Macedo, Gonçalo Anes de Macedo e **Fernão Esteves**.

Fernão Esteves casa pelos anos de 1300 não se sabendo o nome da mulher. É pai de Aires Fernandes de Macedo, de Rui Fernandes de Macedo (havendo a noticia que este, em 8.1.1353, instituiu um morgadio em Macedo de Cavaleiros) e **Gonçalo Anes de Macedo**

Gonçalo Fernandes de Macedo ou **Gonçalo Anes de Macedo** teve um primeiro casamento em Espanha. Quando volta a Portugal casa, pela segunda vez, com a sua prima D. Guiomar Martins (filha de Martins Esteves de Avellar e Sancha Gonçalves).³ O Guarda-Mor indica Gonçalo Fernandes de Macedo como pai de Martim Gonçalves de Macedo, se bem quem no Nobiliário das Famílias Portuguesas Vol VII, Pág. 10, apareça indicado como filho de Gonçalo Anes de Macedo. **Martim Gonçalves de Macedo**, seu filho, terá nascido na década dos anos 30 do século XIV e falecido antes de 1425⁴

Martim Gonçalves de Macedo, casou em 1350 Com Brites de Sousa tendo um segundo casamento com Catarina Anes, a Rica, em 1380. Destes casamentos resultaram seis filhos; Diogo Gonçalves de Macedo, João Gonçalves de Macedo, Gonçalo de Macedo, Rui Gonçalo de Macedo, Álvaro Gonçalves de Macedo e Joana Martins de Macedo.

Notas:

³ A Varonia de Ferreira do Amaral, pág. 13, onde também lhe chama (Gonçalo Roiz (ou Anes) de Macedo.

⁴ Doação feita em Lisboa em 27-7-1425 a seu filho Diogo Gonçalves de Macedo, por parte do Rei de 30 libras de renda na portagem de Évora como satisfação das dízimas e portagens de Bragança, pressupõem-se que seu pai já teria morrido.

2.1 – Manuel Abranches Soveral

A proposta de Manuel Abranches Soveral na sua obra “História/Genealogia Origem dos Avelar e dos Soveral (esquema sucinto em construção – séc. XII a XIV)” que abaixo se transcreve, parece correcta. Nessa sua obra, sobre a origem dos Soveral e dos Avellar estes têm (os Avellar) um ponto de confluência (com a linhagem do Martim Gonçalves de Macedo) no seu bisavô João Gonçalves de Macedo, que casa com Urraca Esteves de Avellar seguindo depois, outro costado. Assim afirma Soveral:

Urraca Esteves de Avelar, c 1238 casa com João Gonçalves, Cavaleiro de Macedo, com as armas que vieram a ser adoptadas pelos Macedos (campo azul, cinco estrelas de ouro de seis pontas em aspa) são uma versão das armas dos Ribadouro (ou dos Freitas), devem remeter para esta D. Urraca. Destes, deve ser filho o João Anes de Macedo que o Conde D. Pedro diz que estava sepultado no mosteiro de Cête, com um escudo com as suas armas (cinco estrelas) e o seguinte leitreiro “ Hic jacet corpus Joannis de Maceda” Ejus anima requiescat in pace”.

*Aquele João Gonçalves, que não terá nascido antes de 1220 e provavelmente nasceu depois, dizem as genealogias que era filho de Gonçalo Anes do Vinhal e neto de João Gomes do Vinhal e de sua mulher Maria Pires de Aguiar, nascida cerca de 1165. Do João Anes sepultado em Cête, que terá nascido cerca de 1257, pode ser filho o João Gonçalves (nome patronímico do avô) que o futuro D. Afonso IV (mas não se encontra na chancelaria deste rei) contra seu pai, e o Gonçalo Anes dizem as ditas genealogias que foi filho o **Martim Gonçalves de Macedo** que esteve com D. João I em Aljubarrota.*

2.2 Frei Manuel dos Santos

Na sua obra Monarquia Lusitana (1727), no tomo VII, na página 763, Frei Manuel dos Santos relata o momento decisivo da batalha, referindo-se a Martim Gonçalves de Macedo como escudeiro do Rei D. João I.

radós ; e vendo ElRey do seu posto o que hia , e o grande perigo do Condestavel , e dos mais companheiros da vanguarda , moveu de pressa para elles com a sua bandeira Real ; e tirando da facha , começou a ferir nos Castelhanos assim desenvolto , que só por este seu valor se fez digno de outra Coroa ; e andando , e ferindo dizia para os seus : Avante , Senhores , avante , „ eu sou ElRey: ouvi-o hum valentissimo Castelhana Alvaro Gonçalves de Sandoval , e chegando-se a elle , quando o dito Rey levantou a facha para ferillo , ao descer do golpe , lhe pegou o Sandoval da facha , e com hum impulso tão forte , que lha tirou das mãos , e o fez ajoelhar na terra ; porém ElRey foy logo soccorrido , e ajudado a levantar-se por hum Cavalleiro da sua guarda Martim Gonçalves de Macedo ; e vindo o Sandoval caindo com o seu golpe , ElRey o esperou , e tornou-lhe a tomar a facha , e os da guarda o matarão logo ; nisto foy abarida pelos Portuguezes a bandeira Real Castelhana , e morto o seu Alfers mór ; e os pajes dos mesmos Portuguezes , que estavam vendo tudo da carriage , começaram a bradar : victoria , victoria , já fogem os Castelhanos , já fogem : porque assim era na verdade.

2.3 – Abade de Baçal.

Francisco Manuel Alves, na sua obra Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, tomo I na página 307, refere que, por carta passada por D. João I em Viseu a 20 de Fevereiro da era de 1430 (ano de Cristo de 1392) faz doações a Martim Gonçalves de Macedo, **seu escudeiro**, das dízimas e portagens de Bragança e da Aldeia de Outeiro de Miranda (informação retirada de documento da chancelaria de D. João I fls. 65 v – a que mais à frente nos referiremos) Informa-nos ainda na página 311 da mesma obra que, Martim Gonçalves de Macedo, o que salvou a vida a el-rei D. João I, em Aljubarrota, foi senhor de Bragança.

Por outro lado, na mesma obra mas no seu tomo VI, na página 249, confirma em pleno toda sua a varonia ascendente⁵ “ *Neste lugar de Macedo se conserva o Morgado que em 8 de Fevereiro da era de 1391, que é ano de 1353 instituiu Rui Fernandes de Macedo, filho de Fernão Esteves de Macedo e teve mais filhos a Aires Fernandes de Macedo e Gonçalo Fernandes de Macedo, que foi pai de **Martim Gonçalves de Macedo**, o que livrou a el-rei D. João primeiro do lance em que se viu com o Sandoval na batalha de Aljubarrota em que se achavam estes Macedos e deu motivo aquela acção para o timbre das suas armas*”.

2.4.– José Travaços Santos

Da obra de José Travaços Santos “ Cadernos da Vila Heróica, Arquivos Históricos, Artísticos e Literários da Batalha, retiramos o seguinte texto: “...*Mas parece não restarem dúvidas de que foi Martim Gonçalves **da** Maçada que matou o castelhano, salvando assim a vida do rei que esteve em perigo naquele momento, ou não faria sentido o seu sepultamento junto ao panteão real nem a inscrição*” O mesmo autor, no decorrer do texto, refere-se à descrição de Oliveira Martins na sua obra “ A vida de Nun’Álvares” transcrevendo...”mas já o Macedo varara o castelhano com uma estocada deixando-o estendido”

2.5 – Armorial Lusitano

Da obra Armorial Lusitano na página 325 retiramos a seguinte informação: *Macedo. Deduzem geralmente os genealogistas esta família de João Gonçalves de Macedo, que viveu no reinado de D. Dinis, de quem foi muito mal visto por haver tomado o partido de seu filho o Infante D. Afonso, nas lutas que tiveram. Divergem porém na sua ascendência, se bem que a façam provir da linhagem do Vinhal. Quanto ao apelido, de origem geográfica, como demonstra a preposição, também não são unânimes, porquanto dizem provir de Maçada, o que não é provável, de Maceda ou de Macedo de Cavaleiros, solar mais aceitável.*

Nota:

5- Como afirma o autor em nota de rodapé, toda esta informação foi retirada da obra do Visconde de Sanches de Baêna, “Arquivo Heráldico e Genealógico, parte 2, no artigo sobre “Macedo”, como podemos confirmar.

Da análise que se fez à ascendência e descendência do Martim Gonçalves de Macedo desde Gomes Eanes Mizuarte, (1060?) terá tido um filho de nome Egas Gomes do Vinhal, (bisavô de João Gomes do Vinhal) a primeira pessoa que aparece com o título de Senhor de Macedo de Cavaleiros, apesar disso pareceu-nos mais prudente, tendo em vista a diluição dos elementos em investigação, começar-se cerca de 140 anos mais tarde ou seja cerca de 1200. O Armorial Lusitano aceita como mais provável e linhagem provir de Macedo de Cavaleiros, aliás, como mais à frente iremos confirmar.

2.6- Cristóvão Alão de Morais

Da obra ” Pedatura Lusitana” a páginas 28, de Cristóvão Alão de Morais, retirámos a seguinte informação:

Linha 6) G^{co} Eanes de Macedo f^o J^o Gl^s de Macedo casou com, de q. ouve Martim Gl^s de Macedo , e Fernand’ Esteves de Macedo q. algus o tem por seu neto

Linha 7) – Martim Gl^s de Macedo 1^o f^o de Gonçalo Eanes de Macedo se acha nos registos del Rey D. Fernão cõ 1500 libras q lhe deu cada mez de contia. E na batalha de Aljubarrota conta a chron del rey D. J^o o 1^o Capitulo 43, q chegando este Rey a braços cõ Álvaro Gl^s Sandoval home de grandes forças cahira El Rey, e Martim Gl^s o levantou do chão, e matou o castelhano pello q seus descendentes acrescentarão em suas armas por tymbre hu braço cõ a maça cõ q matou o castelhano, e no braço metida uma coroa Real porq no valor daquelle braço consistiu a coroa daquelle Rey: o qual lhe fez M^{tas} M.^{es} dendo-lhe as aldeãs de Melgaço, Pindello, e Outeiro foi vassalo del Rey q era dignidade. Casou cõ D. Brites de Sousa f^a de Martim A^o de Sousa S.r de Mortagoa hirmã de Gco Eanes de Sousa Sr de Mortagoa q levou em dote doze mil libras afora joyas e bens da coroa houve della a Di^o Gl^s de Macedo, e a Joana de Macedo na qual instituio hu morgado, e foi m.er de P^o Teix^{ra} f^o do Vasco Gl^s Teixeira de que descende os Teixeiras morgados de Sergude em entre Douro e Minho.

Nas nossas conclusões à análise a esta linhagem, João Gonçalves de Macedo (c.1290 filho de Gonçalo Rodrigues de Macedo) casou com Urraca Esteves de Avelar de quem teve três filhos um deles Fernão (ou Fernand) Esteves, que seria o avô de Martim Gonçalves de Macedo e não filho do João Gonçalves de Macedo. (c.1270 filho de Afonso Gonçalves de Macedo).

Após fazer o relato do comportamento “heróico” de Martim Gonçalves de Macedo na Batalha de Aljubarrota, salvando o rei D. João I de morte certa acrescenta que; *pello q seus descendentes acrescentarão em suas armas por tymbre hu braço cõ a maça cõ q matou o castelhano, e no braço metida hua coroa real porq no valor daquelle braço consistio a coroa daquelle Rey*: Pensamos que falta precisar o momento dessa mercê a qual poderá estar ligada à atribuição do acessório “dos Cavaleiros” a Macedo. Parece-nos de todo improvável que a alteração ao brasão dos Macedos se tenha verificado somente nos descendentes de Martim Gonçalves de Macedo pois, como afirma Manuel Abranches Soveral, provinha de uma versão das armas dos Ribadouro ou dos Freitas como mais à frente se irá comparar as similitudes.

Este autor confirma-nos, definitivamente, a ligação de Martim Gonçalves de Macedo a Macedo de Cavaleiros quando descreve o dote que a sua mulher, Brites de Sousa, levou para o casamento

Casou cõ D. Brites de Sousa fª de Martim Aº de Sousa S.r de Mortagoa hirmã de Gco Eanes de Sousa Sr de Mortagoa q levou em dote doze mil livras afora joyas e bens da coroa houve della a Diº Glº de Macedo, e a Joana de Macedo na qual instituio hu morgado.

2.7 – Felgueiras Gayo

Felgueiras Gayo na sua obra, “Nobiliário de Famílias de Portugal”, na página 10, entrada 8 refere que ... *Martim Gls de Macedo fº de Gonçallo Annes de Macedo foi fidalgo m.tº honrado e valorozo q em batalha de Aljubarrota cahindo ElRey D. João 1º lhe acodio e matou Álvaro Gls Sandoval Cavº Castelhana q tinha pegado na massa pello q lhe acrescentou as cinco estrellas de cinco pontas de ouro cada estrella em campo azul q eram as suas Armas por timbre hum braço vestido de azul com hua massa na mão; alguns autores da Armaria lhe acrescentam hua Croa Real metida no m.mo braço. O d.º Rey D. João 1º lhe deo as villas de Melgaço, Pindello, e Outeiro em recompença. Cazou com Brites de Sousa, no ttº dos Souzas § 66 N16 (Hua escriptura q fez a m.er deste Martim Gls sendo já viúva no lugar de Sanseriz a João.... E sua m.er Mª Affª em 2 de Fevrº de 1433. foi t.am João Annes se acha q foi cazado com Catª Annes chamada a...*

Felgueiras Gaio faz uma descrição do comportamento do macedense na batalha real, não diferentes dos outros autores, fornecendo-nos ainda uma pista para a data da morte de Martim Gonçalves de Macedo, atestada por uma escritura que a sua segunda mulher Catarina Anes, a rica, outorgou em 2 de Fevereiro de 1433. Encontrámos todavia um outro documento que nos remete a sua morte para uma data, em tempos mais recuado, ou seja, 26 de Junho de 1425, a que mais à frente nos referiremos.

De um documento manuscrito no Acciprestado de Lapaças, datado de 1722 “para a história Eclesiástica do Bispado de Miranda” transcreve-se:

.....da dita obrigação da cobrança tem recebido de pena os moradores do dito lugar (Macedo dos Cavaleiros) huns perdendo seus bens em varias execuções que se lhe tem feito e outros absentandose por este respeito esta he a causa de o dito lugar se achar

demenuido de mordores sem embargo de ser Reguegueiro com vários privilégios que mal se lhe guardam sendo concedidos pelos sereníssimos senhores Reizes de Portugall e ser lugar mui aprazível, fértil e ameno.

Sem embargo desta fertilidade se acha o lugar com bastante pobreza pelas causas sobreditas e o ocuparem a maior e melhor parte do termo sinco casas nobres que nelle tem seu Domínio.

Na Restauração de Portugal quando os Mouros se expulsam fora dele teve este lugar por nome Macedo, sendo com hum ou dois moradores e vindo o Sereníssimo Senhor Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança a esta província dandose-lhe as terras do termo deste lugar e tendo os seus quinteiros e crescendo estes em número como figura dito: na Batalha de Aljibarrota hum Fernando Martim e alguns seus irmãos, livrarão da morte com remessois a hum Sereníssimo Senhor Duque de Bragança, intentando o inimigo matallo, e em gratificação da acção que dos sobreditos fizeram o sobredito Senhor lhe fez mercê de que o seu caso ficasse livre e izento de foro e pensão alguma; e por estes serem Cavalleiros ficou desde aquele tempo atté hoje intitulado o dito lugar Macedo dos Cavaleiros....

A importância deste manuscrito, datado do final do primeiro terço do século XVIII, reside no facto de nos dar uma boa panorâmica sobre alguns aspectos sociais sentidos em Macedo de Cavaleiros, à época. O autor (desconhecido) refere-se aos altos e baixos demográficos atribuindo o facto às fortes penalizações provenientes dos impostos exigidos, não deixando de referir que Macedo de Cavaleiros “*ser lugar mui aprazível, fértil e ameno*”, existindo no lugar à data “*sinco casas nobres*”

O rigor histórico do documento não sendo brilhante, porventura devido à formação do autor, refere que um tal Fernando Martim e alguns dos seus irmãos, decerto Macedenses, teriam tido um comportamento de relevo na batalha de Aljubarrota, referindo ainda que, por esse facto, teria adquirido o determinativo “dos Cavaleiros.

3- As Armas

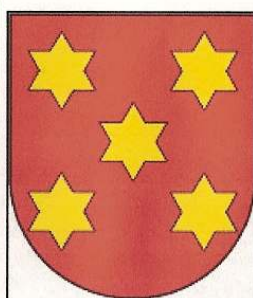
Cristóvão Alão de Moraes no 1º volume da sua Pedatura Lusitana a páginas. 25 referindo-se ao “Titulo dos Macedos” descreve assim as suas Armas: *Traseos Macedos por armas no escudo em campo azul cinco estrellas de ouro de seis pontas em aspa. E por timbre hu braço vestido de azul cõ hua maça de armas na mão cõ o cabo de ouro com q dá cõ ella.*

Já a páginas, 27 e 28, referindo-se à linhagem dos Macedos, começa a sua análise por João Gonçalves de Macedo dizendo que era *filho de Gonçalo Eanes do Vinhal, viveo em tempo del Rey D. Dionis de que foi mal visto por seguir a D. Afonso IV seu filho nas diferenças q ambos tiveram e que o 1º q se chamou de Macedo constantemente. Casou com.....fª de..... De q houve Gonçalo Eanes de Macedo*

De ter em consideração que a adopção das armas dos Macedo terá provindo de uma versão das armas dos Ribadouro ou dos Freitas. Abaixo se mostra a similitude entre os brasões de armas das Casas Ribadouro, Freitas e Macedo.



Brasão de armas dos Ribadouro (Moniz)



Brasão de armas dos Freitas



Brasão de armas dos Macedo, antes de Aljubarrota



Brasão de Armas dos Macedo, após Aljubarrota

Descrição do brasão de armas dos Moniz:

- De azul, cinco estrelas de sete pontas de ouro, postas em aspa, leopardo de azul, com uma das estrelas do escudo na testa.

Descrição do brasão de armas dos Freitas:

De vermelho, cinco estrelas de seis raios de ouro. Timbre: dois de ouro, postos em pala e segurando nas garras uma flecha em faixa e hasteada de vermelho.

Descrição do brasão de armas dos Macedo***Versão antes de Aljubarrota.***

De azul, cinco estrelas de seis raios de ouro, postas em aspa.

Versão após Aljubarrota.

De azul, cinco estrelas de seis raios de ouro, postas em aspa. Timbre, um braço vestido de azul, com uma maça de armas de prata.

Borrego, Nuno Gonçalo Pereira na sua obra “Cartas de Brasão de Armas”, a páginas 55 Na cota 100, refere: *António de Macedo Velasques de Oliveira, recebeu a seguinte carta ...Portugal Rey de Armas principal, nestes Reynos & senhorios de Portugal, do muyto alto & poderozo Rey D. João o V... faço saber a quantos esta minha Carta & certidão de Brazaõ de Armas, fidalguia, & nobreza, digna de fé, & crença que por parte de Macedo Uallasques & Oliveira Fidalgo da caza de Sua Magestade.....*

Já a páginas 56, cota IX, afirma: *...Neto de Martim Gonçalves de Macedo Senhor de Sanseriz, Alcayde mor da Villa de Outeiro, & donatário das Aldeãs de Argozelho, & Pendello, das portagens de Bragança, & direitos de Outeiro; & de sua mulher Catherina Annes chamada a Rica; o qual Martim Gonçalves foy o que em deffensa da vida do senhor Rey D. João o I matou a Álvaro Gonçalves de Sandoval, Fidalgo*

Castelhano de grandes forças que havia arrancado a massa da mão do dito Rey, & o tinha feito ajoelhar.

Na mesma página a cota XII, refere ainda que,... Neto de Martim Gonçalves que foi senhor da Aldeã de Caçerellos na Comarca de Bragança, & Padroeiro da Igreja de São João de Angueira, fundada por seus antepassados, o primeiro que tomou o apellido de Macedo por viver no lugar de Macedo de Cavaleiros termo da dita cidade de Bragança, a quem se deu o Cognome dos Cavaleiros por terem nelle o seu solar os ascendentes do dito Martim Gonçalves que eraõ homens Fidalgos como explica a palaura de Cavaleiros, que he o titulo que naquelle tempo se daua aos que hoje chamamos, ou temos por Fidalgos. Sem que nelles ouveçe raça de Judeo, Mouro, ou Mullato ou de outra infecta nação, & por tal lhe estava julgado na dita sentença, & por não se perder a memoria de seus progenitores, & da sua antiga fidalguia, & nobreza, queria elle para conservação della hum braço de Armas pertencente as ditas famílias dos Macedos & Ualasques, pello que me pedia lhe mandaçe pasar sua carta de Braço de Armas em forma assim como elle as hauia de trazer e delas usar. E vista sua petição e sentença... proui o liuro da fidalguia & nobreza do Reyno que em meu poder tenho, & nelle achei registadas as Armas que as ditas linhagens pertencem, que são as que nesta lhe dou deuizadas, & iluminadas. – A saber – Hum escudo, partido em palla, na primeira palla as Armas dos Macedos, que são: em campo azul sinco estrelas de ouro, de seis pontas, cada huma, & postas em sautor..... Timbre o dos Macedos, que he hum braço vestido de azul, com huma Masa de armas na mão como que quer dar com ella, a Masa de ferro com suas pontas, & cabo de ouro & a mão de sua cor, & por diferença, huma Brica de prata, & nella hum trifólio preto...E porque estas são as Armas que as ditas linhagens pertencem, eu Manoel Leal Rey de Armas Portugal, & principal, com o poder do meu muyto nobre & Real officio lhas dou & asino, assim como vaõ no dito

escudo as quaes armas poderá usar. Dada em esta Corte & Cidade de Lisboa Occidental, aos trinta dias do mês de Agosto de mil setecentos & vinte seis. Frey Jozeph da Crus da Ordem de saõ Paulo Reformador do Carorio da Nobreza, a fez, por especial provizaõ de Sua Magestade que Deos guarde, & vai sobescrita por Simaõ da Siua Lamberto, escriptaõ da Nobreza, nestes Reynos & senhorios de Portugal, & suas Conquistas. Vay escripto em sinco meyas folhas de pregaminho exsepto a primeyra do Titullo e esta vaõ por my rubricadas e eu Simaõ da Sylva Lamberto o sobescrevy. P. Rey de armas. Manoel Leal. Fica registado este Brasaõ no livro Outauo do registo dos Brazoens da Nobreza de Portugal a f.2 vº Lisboa Occidental aos 31 de Agosto do anno de 1726. Simão da Silva Lamberto

Apesar de se tratar de um documento de 31 de Agosto de 1726 está bem claro, também nele, a ligação de Martim Gonçalves de Macedo ao lugar de Macedo de Cavaleiros, quando se lê: *o primeiro que tomou o apellido de Macedo por viver no lugar de Macedo de Cavaleiros termo da dita cidade de Bragança*. Quanto ao facto de ser o primeiro a utilizar o apelido de Macedo, não nos parece correcto, já que esse apelido nos aparece, desde o início do século XIII, em Afonso Gonçalo de Macedo filho de João Gomes do Vinhal.

Verifica-se, por este documento, que mais tarde, século XVIII, a família Velásques se juntou ao brasão de armas dos Macedos

Como se descreve...*A saber – Hum escudo, partido em palla, na primeira palla as Armas dos Macedos, que são: em campo azul sinco estrelas de ouro, de seis pontas, cada huma, & postas em sautor*⁶

Notas:

⁶- Sautor, mesmo que aspas – em forma de X

.... *Timbre o dos Macedos, que he hum braço vestido de azul, com huma Masa de armas na mão como que quer dar com ella, a Masa de ferro com suas pontas, & cabo de ouro & a mão de sua cor, & por diferença, huma Brica de prata, & nella hum trifólio preto* Ganha a batalha em Aljubarrota, havia que conquistar o reino, pois houve cinquenta e quatro lugares (em todo o reino) que tinham dado voz por Castella. *(E posto que os ricos e poderosos, assi alcaides de castellos, come outros fidalgos tevessem voz por ElRei de Castella, os poboos porem todos em seus corações eram contra elle e contra a Rainha,)* Fernão Lopes p.134. Salientando-se que, no distrito, hoje, de Bragança contavam-se dez lugares⁷, Foi assim que em 16 de Janeiro de 1386, 'D. João I, que com o auxílio do Condestável, fez arraial à praça de Chaves, no intuito de forçar Martim Gonçalves, Senhor de Chaves, a tomar voz por Portugal. Foi um cerco longo, que durou até 30 de Abril do mesmo ano, após o que se dirigiu com as tropas para Bragança.

A importância da família Macedo verteu o próprio (hoje) concelho de Macedo, assim o afirma Luís Alexandre Rodrigues⁸ (*socorrendo-se das notas de José Cardoso Borges, na descrição topográfica da cidade de Bragança em 1721*: “Apesar de se mostrarem à luz de uma chama embaciada, estas notícias servem para recordar o poderio dos Macedos, prosápia que logrou alargar a sua influência a Bragança, a terra que tutelava o termo onde se incluía a povoação de Macedo de Cavaleiros”: *“hi solar dos Macedos o lugar de Macedo de Cavalleiros no districto desta cidade, e se chamou em tempos antigos Maçanedo, que se corrompeo em Macedo. Todas as cazas nobres desta cidade são Macedos, e outras muitas desta provincia [...]*;

Notas:

⁷ Fernão Lopes, crónica D. João I Vol. II Pág. 134 Capitulo LXVII
DOS LOGARES QUE TOMARAM VOZ POR CASTELLA EM TODALLAS COMARQUAS DO REGNO.

Trás os Momtes: Bragamça, Vinhaaes, Chaves, Momnforte de Rio Livre, Momtallegre, o Mogadoiro, Miramdella, Alfamdega, Lamas dOrelham, Villa Reall de Panoyas.

⁸ Rodrigues, Luís Alexandre, Contributos para o estudo da arquitectura religiosa no concelho de Macedo de Cavaleiros, Cadernos Terras Quentes, nº 3 Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2006

...e suposto se vai perdendo nesta cidade o apelido dos Macedos, ainda se conservão em seos descendentes duas cazas antigas com torres, que forão dos Macedos; hua do alcaide mor Lazaro de Figueiredo Sarmento na Rua Direita, e outra de Álvaro de Moraes Soares capitão de cavallos, na Rua do Spirito Sancto; e dentro dos muros houve hua caza com torre desta família e se chamava a Torre dos Maçanedos”

4-A Varonia da Martim Gonçalves de Macedo até hoje.

Augusto Ferreira do Amaral, na sua obra “ Varonia de Ferreira do Amaral”, leva-nos à grande viagem destas famílias (Macedos e Amaral) desde os anos de 1200 até aos dias de hoje. Assim, a páginas 13 na sua entrada d), posiciona-se em Martim Gonçalves de Macedo, afirmando:

– Viveu primeiro no tempo de D. Fernando, de cujos registos consta haver feito mercê de 1500 libras por ano. Achou-se na Batalha de Aljubarrota onde se celebrizou por ter ajudado D. João I a levantar-se quando o Rei, ao brandir a massa contra um cavaleiro castelhano, fora por este derrubado do cavalo. Grato pelo gesto, o Rei fez-lhe mercê, entre outras, das aldeias de Argozelo, Pindelo e Outeiro de Miranda, das portagens de Bragança e das dízimas dos panos importados de Castela no Outeiro e dos direitos dessa aldeia. Deu-lhe também aquele monarca por timbre às suas armas um braço armado duma maça.

Em memória do aludido feito. Foi Alcaide-mor do Outeiro em 1408. Casou duas vezes, a primeira com Brites de Sousa que seria filha bastarda de Martim Afonso de Sousa, Senhor de Mortágua, e a segunda com Catarina Anes a Rica, Tendo tido vários filhos dum e doutro casamento, houve como herdeiro Diogo Gonçalves de Macedo, que foi Camareiro-mor de D. João I que lhe deu 30 libras de renda na portagem de Évora

como satisfação das dizimas e portagens de Bragança, as quais se reuniram à Coroa por doação feita em Lisboa em 27-7-1425

O facto de já receber uma mercê dada por D. Fernando, rei anterior a D. João I, diz bem da importância de Martim Gonçalves de Macedo assim como também perpassa à sua descendência de linha directa, seu filho Diogo.

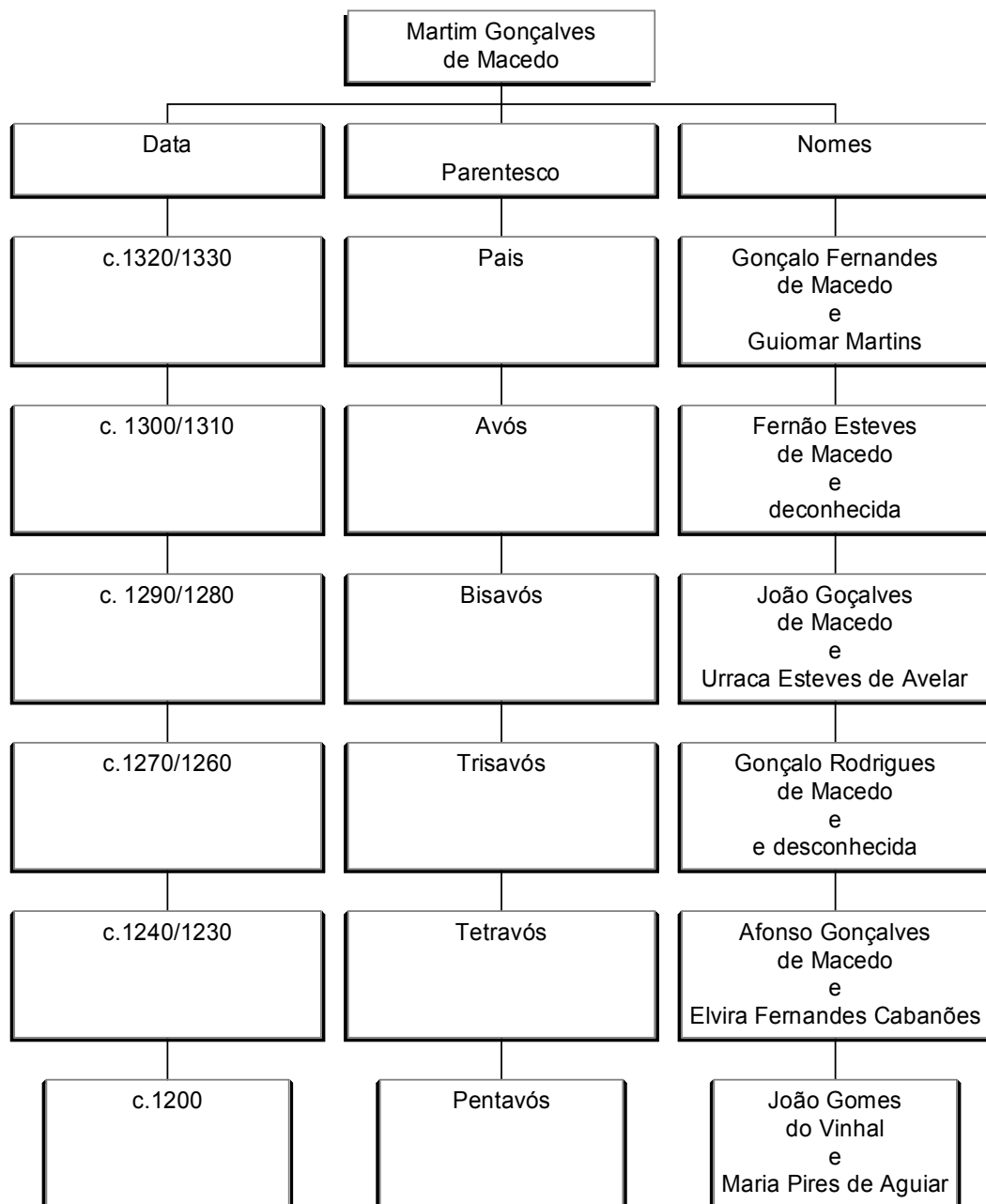
Diogo Gonçalves de Macedo, que chegou a Camareiro-mor de D. João I, teve por mercê após a morte de seu pai e em contrapartida à portagem e dizimas de Bragança, a quantia de 30 libras anuais provindas das portagens de Évora. Tudo isto, porventura, devido ao comportamento de seu pai na Batalha de Aljubarrota.

Os “Macedos” e os “Amaral” haveriam de se juntar, pelo casamento de Gaspar de Macedo com Brites do Amaral, no século XVI em c.1560, cabendo ao seu filho varão, Salvador do Amaral, transportar (por esta via varonil) o sangue dos Macedos até aos dias de hoje.

4.1- Ascendência de Martim Gonçalves de Macedo

Ano	Varões	Observações
c.1200	<u>João Gomes do Vinhal</u> Filhos: Afonso Gonçalves de Macedo Gonçalo Anes de Aguiar D. Martim Anes de Vinhal Inês de Oliveira do Vinhal	Senhor de Macedo de Cavaleiros, casado com Maria (ou Mercês) Pires de Aguiar Bibliografia: NFP -Vol. II p.9
c.1240	<u>Afonso Gonçalves de Macedo</u> Filhos: Gonçalo Rodrigues de Macedo João Gonçalves de Macedo Dórdia Afonso Afonso Gonçalves de Macedo	Casado com Elvira Fernandes de Cabanões Bibliografia: NFP Vol. II. P.9
c.1270	<u>Gonçalo Rodrigues de Macedo</u> Filhos: João Gonçalves de Macedo	Senhor de Macedo de Cavaleiros Bibliografia: NFP- Vol. II p.9 VFA – p.13
c.1290	<u>João Gonçalves de Macedo</u> Filhos: Gonçalo Anes de Macedo Estêvão Anes de Macedo Fernão Esteves de Macedo	Casado com Urraca Esteves de Avelar Bibliografia: NFP- Vol. II p.9 VFA – p.13
c.1300	<u>Fernão Esteves de Macedo</u> Filhos: Rui Fernandes de Macedo Aires Fernandes de Macedo Gonçalo Fernandes de Macedo	Casamento desconhecido Bibliografia: NFP Vol. II p.25
c.1320	<u>Gonçalo Fernandes de Macedo</u> Filho: Martim Gonçalves de Macedo	Casado, com Guiomar Martins Bibliografia: NFP Vol. II p.10
c.1330	<u>Martim Gonçalves de Macedo</u> Falecido antes de 26 de Junho de 1425 Filhos: Gonçalo de Macedo Diogo Gonçalves de Macedo João Gonçalves de Macedo Rui Gonçalves de Macedo Álvaro Gonçalves de Macedo Joana Martins de Macedo Martim Afonso de Sousa	Casado com Brites de Sousa e com Catarina Anes, a rica Bibliografia: NFP Vol. VII – p.10 PL – Vol. I p.17 VFA – p.13

Ascendência de:



4.2- A descendência de Martim Gonçalves de Macedo

Ano	Varões	Observações
c.1420	MARTIM GONÇAVES DE MACEDO, Pai de Gonçalo de Macedo Filho: João de Macedo <i>Nota:</i> Recebeu de D. João I em 27.4.1425, em satisfação da dízima e portagens de Bragança. Na carta é chamado de vassalo e camareiro do Rei. O Rei D. Duarte confirmou as doações de Melgaço, S. Seriz e Pindelo por carta de 21.5.1438	Casado com Teresa Sanches Bibliografia: NFP Vol. VII – p.10 PL – Vol. I p.17 VFA – p.13
c.1440	João de Macedo Filhos: Paulo Rebelo Gaspar de Macedo	Abade de S. Clemente de Basto, casado com Isabel, ou Brites de Azevedo Bibliografia: NFP Vol. VII p.13
c.1480	Gaspar de Macedo Filhos: António de Macedo Francisco de Macedo Simão de Macedo Camila de Macedo Guiomar de Macedo Briolanza de Macedo Lancerote de Macedo	Casado com Brites Álvares Bibliografia: NFP Vol. VII p.17 PL Vol I p. 13 e 20 VFA P. 14
c.1510	António de Macedo Filhos: Gaspar de Macedo Camila de Macedo Guiomar de Macedo Francisco de Pinho Brites de Macedo Isabel de Macedo	Casado com Helena Esteves de Figueiredo e com Maria de Pinho Bibliografia: NFP Vol. VII pp. 32 e 33 PL Vol. I P. 22 VFA p.14
c.1560	Gaspar de Macedo Filhos: Salvador do Amaral Maria Freire	Casado com Brites do Amaral Bibliografia: VFA p. 15
c.1600	Salvador do Amaral Falecido em 1640 Filhos Domingos Pires do Amaral Manuel do Amaral Brites do Amaral	Casado com Inês Dias Bibliografia: VFA p. 15
c.1630	Domingos Pires do Amaral Falecido em 1696 Filhos: Salvador do Amaral António de Macedo	Casado com Leonor da Cunha Bibliografia: VFA p.. 15
c.1660	Salvador do Amaral Falecido em 1696 Filhos: Francisco Rodrigues Cabral Leonor Cunha	Casado com Maria Rodrigues Cabral Bibliografia: VFA p. 16
c.1690	Francisco Rodrigues Cabral Filhos: José Ferreira Penha de França Salvador do Amaral Manuel Rodrigues de Moraes Guiomar da Costa Inês Abreu Catarina Medina	Casado com Leonor Pessanha Bibliografia: VFA p. 17

	Isabel Rodrigues de Castilho Margarida Picoita Maria Rodrigues	
1741	<u>José Ferreira Penha de França</u> Falecido em 1788 Filhos: Francisco Joaquim Ferreira do Amaral Joaquim Ferreira do Amaral Vitória Ferreira do Amaral Evaristo Ferreira do Amaral	Casado com Ana Joaquina Rosa Bibliografia: VFA p. 19
1773	<u>Francisco Joaquim Ferreira do Amaral</u> Filhos João Maria Ferreira do Amaral Joaquim Ferreira do Amaral Francisca Ferreira do Amaral	Casado com Ana Isabel Cirila de Mendonça Bibliografia: VFA p. 19
1803	<u>João Maria Ferreira do Amaral</u> Falecido em 1849 Filho: Francisco Joaquim Ferreira do Amaral	Casado com Maria Helena de Albuquerque – 1ª Baronesa de Oliveira de Lima Bibliografia: VFA p. 20
1843	<u>Francisco Joaquim Ferreira do Amaral</u> Falecido em 1923 Filhos: Augusto Basto Ferreira do Amaral João Maria Basto Ferreira do Amaral Maria Cristina Basto Ferreira do Amaral	Casado com Carolina Amélia Bastos Bibliografia: ANP 1985 Tomo II p. 780 TVGI p. 232
1886	<u>Augusto Basto Ferreira do Amaral</u> Falecido em 1947 Filho: João Maria Barreto Ferreira do Amaral	Casado com Júlia Salvação Barreto Bibliografia: ANP 1985 Tomo II p. 760
1909	<u>João Maria Barreto Ferreira do Amaral</u> 2º Barão de Oliveira de Lima Filhos: Joaquim Martins Ferreira do Amaral Maria Joaquina Martins Ferreira do Amaral Augusto Martins Ferreira do Amaral Francisco Martins Ferreira do Amaral João Martins Ferreira do Amaral	Casado com Maria José da Graça Facco Viana de Oliveira Martins Bibliografia: ANP 1985 Tomo I p. 848 NPP 1985 Tomo II p. 759
1945	<u>Joaquim Martins Ferreira do Amaral</u> Filho: Francisco Joaquim Pereira da Cruz Ferreira do Amaral	Casado com Teresa Maria Possolo Pereira da Cruz Bibliografia: ANP 1985 Tomo II p. 759

ANP 1985 – Anuário da Nobreza de Portugal

Inst. Port. de Heráldica 1ª Ed. 1985

NFP- Nobiliário das Famílias de Portugal

Felgueiras Gaio – Braga 1989

PL- Pedatura Lusitana

Cristóvão Alão de Moraes

2ª Ed. Braga 1997

TVGI – Tratado de todos os Vice-reis da Índia

Ed. Enciclopédia, 1962

VFA – A Varonia de Ferreira do Amaral

1ª Ed. 1974

Descendência de:

MARTIM GONÇALVES DE MACEDO		
Descendência Varonil	Casado com:	Data
Gonçalo de Macedo	Teresa Sanches	c.1420
João de Macedo	Isabel ou Brites de Macedo	c.1440
Gaspar de Macedo	Brites Alvares	c.1480
António de Macedo	Helena Esteves de Figueiredo	c.1510
Gaspar de Macedo	Brites do Amaral	c.1560
Salvador do Amaral	Inês Dias	c.1600
Domingos Pires do Amaral	Leonor da Cunha	c.1630
Salvador do Amaral	Maria Rodrigues Cabral	c.1660
Francisco Rodrigues Cabral	Leonor Pessanha	c.1690
José Ferreira Penha de França	Ana Joaquina Rosa	1741
Franisco Joaquim Ferreira do Amaral	Ana Isabel Cirila de Mendonça	1773
João Maria Ferreira do Amaral	Maria Helena Albuquerque	1803
Francisco Joaquim Ferreira do Amaral	Carolina Amélia Basto	1843
Augusto Basto Ferreira do Amaral	Júlia Salvação Barreto	1886
João Maria Basto Ferreira do Amaral	Maria José da Graça Facco Viana de Oliveira Martins	1909
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Teresa Maria Possolo Pereira da Cruz	1945

5- A dúvida sobre o episódio de Martim Gonçalves de Macedo em Aljubarrota

Um artigo de Augusto Ferreira do Amaral⁹ vem lançar dúvidas sobre este episódio da “Batalha Real”, ou seja, (na leitura atenta do trabalho), que o episódio tenha sido relatado por Fernão Lopes. Não que Álvaro Gonçalves de Sandoval não tivesse tentado matar o rei português, mas sim o episódio da intervenção salvadora de Martim Gonçalves de Macedo. O trabalho, de grande qualidade e erudição, não pode deixar de ser aqui analisado, nas suas principais linhas. Aliás, e depois de analisar alguns documentos da Chancelaria de D. João I, Ferreira do Amaral conclui que algo se passou na Batalha, que levou o fundador da dinastia de Avis a recompensar Martim Gonçalves de Macedo, mas que não pode haver certeza absoluta quanto à verosimilhança do episódio. Vejamos alguns factos:

Já o coronel Gomes Bessa, sem citar Martim Gonçalves, referia a importância do episódio e as consequências que poderia ter tido para a História do reino de Portugal:

Nota 9- Augusto Ferreira do Amaral, “Martim Gonçalves de Macedo salvou D. João I na Batalha de Aljubarrota?” em *Armas e Troféus*, VI série, tomo IV, nºs 1,2 e 3, Lisboa, 1992, págs. 129-165

“Deve atribuir-se grande importância, a meu ver, a este episódio, tendo-o como um dos momentos cruciais da batalha. Se a sorte do Rei lhe houvesse sido adversa, outro seria certamente o desfecho do combate”¹⁰.

Continua o Autor, dizendo que este episódio é mencionado em todas as versões da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes¹¹, mas que só algumas descrevem a intervenção do nobre transmontano.

Recordemos, como faz Ferreira do Amaral, que não conhecemos o manuscrito original de Fernão Lopes, e que a cópia mais antiga, que chegou até nós, é de finais do século XV, já do período manuelino¹².

A versão mais antiga em que podemos encontrar menção a Martim Gonçalves de Macedo é o manuscrito 11 038 da Biblioteca Nacional de Lisboa¹³. Transcrevemos a passagem, a partir do artigo que temos vindo a seguir:¹⁴

“... e elle [D. João I] rezebeo o gollpe e travou por ella a tyrou tão riço que lha levou das mãos e fezeo ajoelhar dambos joelhos e foy lloguo levantando muito asynha per ho nobre martym gonçallvez de maçedo homem fidalgo que bem servia ell Rey em estes trabalhos e ququando allvaro gonçallvez alçou a facha para lhe dar ell Rey esperou o golpe e tornoulha a tomar per aquella gysa e ququando lhe quisera outra vez dar jazia jaa morto pelos que eram presentes que o mays apresa fazer não poderão porque cada hum tynha asaz que ver em sy”.

¹⁰- Memória da “Batalha Real” no 6º Centenário, Academia Portuguesa da História, págs 60-61, citado por Ferreira do Amaral na pág. 129.

¹¹- 2ª Parte

¹²- Pág. 132

¹³- Pág. 133

¹⁴- Pág. 134

Verificamos, contudo, pela listagem apresentada, que a maior parte das versões conhecidas da Crónica relatam este episódio. O Autor refere ainda uma versão, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa, e que tinha o nº 78 do Arquivo da Casa de Tarouca, datável da primeira metade do século XVI¹⁵, notando ali o que classifica como uma novidade em relação a outros relatos. Transcrevemos:

“Veo há elle per aquecimento allvoro gonçallvez de Sandoval bem mancebo e de bom corpo ardido cavaleiro casado aquelle anno he como elRey allçou a facha decendo pera lhe adar he elle Recebeo o gollpe he travou por ella e tyrou tam Rijo que lha levou das matos he fello ageolher dambolos geolhos he foy loguo alevantado pello muyto esforçado allvoro pereira seu marychall he martim gonçallvez de macedo homem fidallgo que bem servya a ellRey em estos traabalhos e camdo allvoro gonçallvez allcou a facha pera dar a ellRey esperou o gollpe he tornou lha a tomar por aquella guisa outra veez lha tornou a tomar hee camdo lha quisera outraa vez dar ja jazia morto hem terra pollos que erõn presentes que o mays a presa fazer non poderon por que cada hum tynha assaz de ver em sy”.

A presença do marechal do rei, Álvaro Pereira, pareceu também suspeita aos olhos de Ferreira do Amaral, mais ainda quando, na mesma versão, se lê uma referência a Rui Pereira, que o Autor classifica de inesperada. Atribui esta interpolação à vontade do copista em enaltecer os antepassados da casa do Conde da Feira, bisneto de Álvaro Pereira que, por sua vez, era irmão de Rui Pereira¹⁶. Admitimos como boa esta leitura, muito embora ela não prejudique em nada a nossa visão de como se teriam passado os acontecimentos.

Nota:

¹⁵- Págs. 134-135

¹⁶- Pág. 135

Abreviando, e remetendo o leitor para o artigo que temos vindo a analisar,¹⁷ passamos para a página 137 do artigo, onde refere o Autor:

“Parece, assim, que o texto que se refere expressamente ao Macedo é uma interpolação, efectuada numa cópia da crónica de Fernão Lopes. E naturalmente terá surgido muito depois da morte deste”.

Finalmente, refira-se a referência feita aos vários diplomas régios que se referem a Martim Gonçalves de Macedo:¹⁸

A primeira data de 27 de Maio de 1385, dada em Guimarães, e que consta do livro 4, fol. 85. O rei doa a Martim Gonçalves e aos seus sucessores, 300 libras por ano, retiradas das dízimas e portagens de Bragança. E faz isto pelos serviços que recebeu, e espera vir a receber. Note-se que o senhor de Bragança era João Afonso Pimentel, de que falaremos mais abaixo.

Deste documento poderemos depreender várias coisas. Em primeiro lugar, que Martim Gonçalves de Macedo se encontrava com o rei em Guimarães, nessa data. A necessidade de conquistar a importante praça de Guimarães, entre outras, levou o monarca a empreender uma série de acções no Entre-Douro-e-Minho, com o intuito de impedir ou dificultar qualquer tentativa de invasão do território nacional a partir da Galiza, como já tinha sido feito por D. Henrique de Trastâmara, no reinado de D. Fernando. Na realidade, este rei tinha optado por entrar pelo Minho, em direcção a Ponte de Lima, apesar de o seu itinerário o ter levado, primeiro, para Zamora, por onde facilmente poderia ter penetrado em terra portuguesa, através de Miranda. Mas, se Trás-os-Montes foi terra de entrada de invasões, sendo via natural para a progressão de exércitos, dada a configuração geográfica, o que interessava ao rei castelhano era talar

Nota:

¹⁷- E que merece ser lido e divulgado, apesar de não concordarmos com todas as conclusões, dada a qualidade da investigação e a erudição do autor.

¹⁸ – Págs. 162-164

as terras do litoral, mais ricas, e onde poderia, possivelmente, trazer alguns nobres para a sua causa. A saída do exército invasor faz-se, sem grandes problemas, pelas terras transmontanas. Aí, o caminho foi por Vinhais, Bragança, Outeiro, Cedavim e Miranda, com passagem por Mogadouro.¹⁹

Em segundo lugar, que Martim Gonçalves, já nessa altura, se encontrava ao lado do novo rei, e teria tido actuação destacada seja no cerco à cidade, seja no conjunto da campanha. Esta presença era importante para D. João. Por um lado, tratava-se de aumentar os seus seguidores e, por outro, o rei deveria prestar muita atenção à nobreza transmontana. Na realidade, a praça-forte de Bragança estava nas mãos de João Afonso Pimentel, que só se entregou ao monarca nos finais desse ano.

João Afonso Pimentel, que foi alcaide de Penarroias e senhor de Bragança²⁰, casou-se com uma irmã bastarda de D. Leonor Telles. É parcial da Rainha, tendo sido um dos nobres que a acompanhou a Alenquer, em 1384. Na continuação, torna-se apoiante de D. Beatriz, contestando a eleição do Mestre de Avis nas Cortes de Coimbra. Bragança era terra estrategicamente importante para a defesa do reino, controlando a entrada de forças hostis pela via transmontana. A cidade muda de alcaide duas vezes, ainda no reinado de D. Fernando: no período de 1367-68 e entre 1372 e 1380. Aliás, não é caso único em Trás-os-Montes, onde, por exemplo, Vinhais vê estas mudanças ocorrerem em 1367-68, entre 1369 e 1371 (duas vezes) e entre 1381 e 1383, ou Miranda, entre 1367-68, 1369-71 e entre 1372 e 1380²¹. Todas terras de fronteira, de que dependeria, em boa parte, a segurança do Reino.

Notas:

¹⁹ – Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua actuação em “1383-1385” em Revista de História Económica e Social, nº 12, Julho-Dezembro de 1983, pág. 47

²⁰- Maria José Pimenta Ferro Tavares, artigo citado, pág. 65

²¹- Idem, mapa da pág. 68

Finalmente, está patente a vontade do Mestre em manter do seu lado uma pequena nobreza que se revelaria importante para as lutas que se avizinhavam. As mudanças de partido foram comuns durante a “Crise”, nos vários escalões da aristocracia portuguesa, e mesmo D. Nuno Álvares Pereira terá ameaçado passar-se “para o outro lado”, caso não obtivesse determinadas benesses. José Mattoso analisou a posição da nobreza portuguesa, neste período, num importantíssimo artigo²². Refere este historiador, entre outros pontos, que o posicionamento dos nobres portugueses esteve menos condicionada por laços de vassalagem²³ do que por alianças matrimoniais ou relações pessoais. Realça, por exemplo, que escudeiros²⁴ do conde de Barcelos, irmão de Leonor Telles e de Gonçalo Vasques de Azevedo, também apoiante da Rainha, abandonaram os seus senhores para irem servir o Mestre de Avis²⁵. Mas realça ainda José Mattoso, que mesmo entre a chamada grande nobreza não funcionou sempre a solidariedade familiar, citando o caso de muitos nobres, entre eles Pimentel e Sousas, que encontramos num e noutro lado. Chama ainda a atenção para o facto de a ideia de que os filhos segundos e bastardos seguiram D. João, e os primogénitos a rainha D. Beatriz poder ser uma hipótese muito provável, embora necessitando de uma verificação sistemática. Para evitar generalizações abusivas, acrescentamos nós. José Mattoso ressalta este facto, o que designámos por “generalizações abusivas”, quando escreve:

Notas:

²²- “A Nobreza e a Revolução de 1383” em Fragmentos de uma Composição Medieval, Lisboa, 1987, págs 277-293

²³- Embora estes não possam ser ignorados, em alguns casos

²⁴- Estes escudeiros representavam o grosso da cavalaria, neste período de crise. E não apenas em Portugal, mas em quase todo o Ocidente Medieval da altura, um momento de profunda crise económica, social e política. Ver, por exemplo, para o caso francês, a obra de David Nicolle, French Armies of the Hundred Years War, Oxford, 2000..

²⁵- José Mattoso, artigo citado, pág. 282

“Também aqui, no entanto, o factor não funciona mecanicamente. Como acontece em relação com a alta nobreza e os escalões inferiores, onde vimos surgirem membros da segunda que se juntaram à primeira por razões de aliança ou solidariedade de interesses. Também se podem encontrar bastardos e filhos segundos entre os partidários da rainha, por razões de dependência.

Nenhum partido pode subsistir sem executantes e homens de mão. Ora estes são recrutados justamente entre os nobres de categorias inferiores, que não têm muito a perder, seja qual for a aliança que escolham. Este facto pode explicar não poucas hesitações e mudanças de campo, quer num sentido quer noutro, mas a tendência geral parece ser de facto a que aponteí”.²⁶

D. João queria, parece-nos, “segurar” estes nobres de segunda linha, entre os quais Martim Gonçalves de Macedo. Mas a sua presença ao lado do Mestre de Avis pode ter ainda uma explicação complementar. Martim Gonçalves foi casado, em primeiras núpcias, com D. Brites de Sousa. Ora, os de Sousa, que tinham sido, nos inícios da nossa Monarquia, uma das mais poderosas famílias da Alta Nobreza, e que continuavam a ter um papel importante, embora mais modesto do que em outros tempos, encontravam-se claramente divididos entre as várias facções em luta. Martim Afonso de Sousa acaba por se afastar do grupo que apoia D. Leonor e D. Beatriz, e Fernão Lopes apenas aponta, ao lado da filha de D. Fernando o Fernão Gonçalves de Sousa²⁷.

Notas:

²⁶ – Idem, pág 287

²⁷- Idem. Ibidem

Podemos colocar a hipótese, mas apenas como hipótese, entenda-se, que a aliança matrimonial de Martim Gonçalves com uma senhora de Sousa o tenha feito pender para o lado do Mestre. E não podemos colocar de lado a questão da quase permanente luta entre famílias nobres do mesmo grau, e as eventuais tentativas de pequenos nobres fugirem à tutela dos seus senhores²⁸. Mover-se-ia Martim Gonçalves por estes interesses. Confessamos que esta é uma interrogação a que os documentos consultados não nos dão resposta. O domínio da Terra de Bragança por parte de João Afonso Pimentel, terra onde se inseria Macedo de Cavaleiros, pode ter condicionado a posição de Martim Gonçalves²⁹

O segundo documento³⁰ foi feito já depois da batalha de Aljubarrota, a 27 de Agosto de 1385. O rei estava em Santarém que, mais do que Lisboa, era ponto estratégico de vital importância para a defesa do Reino. É a doação a Martim Gonçalves e a todos os seus sucessores, dos bens móveis e imóveis que Martim Afonso de Seixas tinha na zona de Miranda, e noutros locais do Reino, onde fossem encontrados. E fez isto porque o referido Martim Afonso apoiava o lado do rei de Castela, e nesse serviço tinha morrido. Doa ainda o rei a Martim Gonçalves de Macedo as aldeias de Pinelo e de Algoselhe³¹, terras vizinhas, que tinham sido dadas pelo rei de Castela³¹ ao parcial de D. Beatriz.

Notas:

28- Note-se que estamos a referir-nos a este período de crise e de decomposição da velha trama social. Como notamos por toda a Europa deste tempo, as solidariedades vassálicas deixaram de ter uma importância fundamental, sempre que não coincidiam com interesses pessoais ou tentativas de elevação hierárquica

29- Convém aqui fazer uma breve nota. Se esta foi a atitude de Martim Gonçalves de Macedo, ela apenas se insere na mentalidade da época. É perigoso tentarmos julgar a História, e ainda mais com os olhos de hoje. Não existia, na época, aquilo a que poderemos chamar “ideia de Nação”, e querer fazer heróis ou traidores aqueles que estiveram num ou noutro lado é um anacronismo em que o historiador não deve cair. Tão bons portugueses eram os que apoiavam o Mestre quanto aqueles que tomaram voz por D. Beatriz. Combatiam por aquilo que achavam ser certo, mesmo que o certo fosse a defesa dos seus interesses.

30- Chancelaria de D. João I, Livro I, fol 87v e 88

31- Argozelo, junto a Algos, também concelho de Vimioso

32- As referidas aldeias teriam sido doadas pelo rei de Castela, certamente que a pedido expresso de Martim Afonso Seixas, já que seria pouco provável que o monarca soubesse sequer onde elas se situavam. Provavelmente seriam pertença de algum dos parciais de D. João de Portugal, e cobiçadas pelo contemplado, mas é importante dizer que eram terras de fronteira, e próximas de Macedo de Cavaleiros, para leste.

A liberalidade da doação demonstra que Martim Gonçalves de Macedo deve ter tido importante papel na batalha de Aljubarrota, como já notava Augusto Ferreira do Amaral, referindo-se a este e a outros documentos. O que interessa aqui reter é que D. João de Portugal o trata por “nosso vassalo”.

Finalmente, o terceiro documento³³ que Ferreira do Amaral não transcreve, mas apenas sumaria. Trata-se da doação da aldeia de Outeiro de Miranda, e das dízimas e portagens de Bragança, enquanto fosse mercê do monarca. Nele refere-se a Martim Gonçalves como escudeiro do Rei. Esta carta está datada de 19 de Dezembro de 1385, e feita em Vila Real. Segundo Humberto Baquero Moreno³⁴ é nesse dia que as hostes portuguesas partem para o cerco a Chaves, operação que só terá o seu termo a 30 de Abril³⁵. Ao contrário de Ferreira do Amaral³⁶, não nos parece que a doação do Outeiro de Miranda “também se destinou a remunerar serviços em Aljubarrota”. A ser assim, esta doação já teria sido concedida, juntamente com a de Agosto, que acima referimos. Pelo contrário, julgamos que o rei concede essa mercê “pelo serviço que espera receber”. Estamos em vésperas da conquista de Trás-os-Montes, e Martim Gonçalves de Macedo é um nobre da região, conhecedor dos caminhos e das defesas da terra, e possivelmente capaz de congregar alguns apoios locais. Esta hipótese é tanto mais verosímil quanto o rei, estando as hostes a cercar Bragança, veio assentar arraial em Castelãos, terra de Macedo.

Outeiro de Miranda é posição de defesa privilegiada, a meio caminho entre Bragança, onde dominava João Afonso Pimental, e Vimioso, em cujas terras se situavam as anteriormente dadas povoações de Pinelo e Argoselo.

Notas:

³³- Chancelaria de D. João I, Livro I, fol 171v

³⁴- Os itinerários de El-Rei D. João I, Lisboa, 1988, pág. 20

³⁵- Idem, pág. 25

³⁶- Pág. 164

O lugar situa-se na freguesia do Outeiro, concelho de Bragança, na ponta sudeste deste concelho. O castelo, a cerca de um quilómetro da povoação do Outeiro, é hoje conhecido como Castelo do Outeiro, e teve, durante toda a Idade Média, a função de vigiar a fronteira com Castela. Não pode haver a mínima dúvida sobre o valor estratégico da fortificação, e pelas suas características e importância em relação à segurança de Portugal, só poderia ter sido dado a alguém de muita confiança.

O documento não o diz, mas estamos convictos de que Martim Gonçalves de Macedo foi nomeado alcaide da fortificação³⁷. Quinze anos depois, um outro documento de D. João I faz mercê a Martim Gonçalves de outras benesses. Se o instrumento de 1385 lhe doa a aldeia de Outeiro de Miranda, ou seja, o senhorio dessas terras, com as suas rendas e proventos, o de 1400³⁸ alarga a base de riqueza a conseguir pelo donatário:

É este o teor do documento, dado em Guimarães a 27 de Dezembro:

“Carta porque o dito senhor fez doaçam emquaamto fosse sua mercee a martim gonçallvez de maceedo seu vassallo e alcaide do seu castello douteiro de mjranda de todallas dizimas dos panos que veem de castella ao dicto lugar douteiro de mjranda E de todollos outros dirreitos que o dicto senhor no dicto lugar há”.

O teor da carta, ainda que sumário, confirma que pelo menos parte das transacções seriam realizadas no Outeiro. É claro que podemos argumentar que o que está escrito, “que veem de castella ao dicto lugar”, poderá significar apenas a passagem de mercadores.

Nota:

³⁷- A fortaleza não se encontrava, certamente, isolada de qualquer núcleo populacional. Defendia, para além da raia, a povoação do Outeiro, ponto (pelo menos) passagem de homens e mercadorias. Mas, como todos os importantes lugares de fronteira, seria também, certamente, um lugar de trocas entre mercadores dos dois reinos.

³⁸- Chancelaria de D. João I, Livro 2, fól. 170v

Mas a menção específica aos panos, e à dízima, e não às portagens ou direitos alfandegários, levam-nos a pensar que este era um dos produtos transaccionados (certamente que não o único), e de cujas dízimas o rei abria mão.

Muitos dos direitos, de natureza privada, ou pública, transferida para um privado, nomeadamente o de portagem e de peagem, seriam já recolhidos por Martim Gonçalves, mas os do comércio entre reinos, e do eventual mercado, continuaram na posse da Coroa até 1400, altura em que o rei cede uma parte desses proventos.

De qualquer forma, ressaltemos que a posição de Martim Gonçalves junto ao rei é de privilégio e de muita proximidade, a que o rei retribui dando-lhe a guarda de pontos estratégicos importantes, mas também de proventos não menos importantes.

Pensamos que esta doação teve como objectivo recompensar um homem que se tinha mantido fiel ao seu rei, e que se preparava para participar numa difícil empresa, na qual seria uma das peças essenciais. Em primeiro lugar, Chaves, que não se revelava um objectivo fácil, como se veio a verificar. A cidade, que dominava uma das rotas de entrada no Reino³⁹ para além de bem fortificada poderia esperar uma eventual ajuda dos castelhanos, principalmente das forças concentradas na Galiza, ali tão perto. A seguir à cidade do Tâmega, vinha Bragança que, como já foi dito, estava na posse de um parcial do rei de Castela, João Afonso Pimentel. Dada a localização da cidade, e o afastamento do exército português das suas defesas de retaguarda, no Entre-Douro-e-Minho, o rei decide refugiar-se na “terra fiel” de Macedo, na terra de Martim Gonçalves, provavelmente só indo para Bragança quando esta lhe foi entregue.

Nota:

39- Ao longo da sua história, Chaves foi rota de invasões e sentinela de importantes vias de comunicação. Por ela passaram algumas vezes os invasores que entraram em Portugal pelo Norte, fossem eles estrangeiros ou nacionais, como aconteceu com a tentativa de Paiva Couceiro, em 1912, que viu desfazerem-se nessa cidade as ilusões da primeira tentativa de incursão monárquica após a implantação da República.

E tal aconteceu porque, como nos conta Fernão Lopes, João Afonso Pimentel perdeu a esperança de ser acudido por D. João de Castela⁴⁰

“João Afonso Pimentel que estava em Bragãça, como disemos, não se quis vir para o Rei, não tomar sua voz... e depois que viu que o Rei cobrara Chaves muito apesar de Martim Gonçalves⁴¹, e que pelo o Rei de Castela soubera parte de seu cerco, e isso mesmo o recado que lhe depois mandou como era pretejado, que não curara de o vir descerquar, e que lhe fora forçado de deixar a vila com grande fadiga e pouca sua honra...”

Escreve Ferreira do Amaral⁴²

“Uma primeira conclusão a extrair é a de que D. João I usou de grande munificência para com este seu vassalo. (...) Grandes serviços deve pois ter o Macedo prestado ao rei. De outro modo ficaria por explicar tamanha liberalidade régia. (...) A mercê seguinte⁴³ visou claramente recompensar serviços em Aljubarrota. Foi assinada apenas treze dias depois da lide, em plena época em que o rei distribuiu prémios aos que o acompanharam no combate. (...) Apenas haverá hesitação sobre se a doação de 19 de Dezembro – a aldeia de Outeiro de Miranda – também se destinou a remunerar serviços em Aljubarrota, ou se dizia respeito a uma participação na campanha do condestável em Castela, nomeadamente na batalha de Valverde, campanha que se estendeu de Setembro até fim de Outubro. (...) Daí que seja pouco provável que a mercê de 19 de Dezembro respeitasse à batalha de Valverde.

Notas:

⁴⁰- Crónica de D. João I, 2ª parte, Porto, 1983, Cap. LXXI

⁴¹- Este Martim Gonçalves era alcaide de Chaves, e nada tem que ver com o Martim Gonçalves de Macedo.

⁴²- Opus cit. págs. 163-164

⁴³- A de 27 de Agosto, feita em Santarém

Parece, pois, mais plausível que a doação da aldeia do Outeiro de Miranda se destinasse a recompensar feitos em Aljubarrota do que em Valverde”.

Seguindo, em boa parte, este raciocínio, mas discordando em alguns pontos, diremos em resumo:

Martim Gonçalves de Macedo foi um daqueles nobres de segunda linha que, desde o início, terá estado ao lado de D. João de Portugal. As razões serão várias, não podendo ser descartadas duas, que nos parecem importantes: uma estratégia pessoal de aproveitamento da conjuntura para, tentando a sua sorte, subir na hierarquia social e aumentar a sua base económica e de poder local; alinhamento por um dos bandos, seguindo relações pessoais e de aliança matrimonial. No primeiro caso, ainda, uma possível oposição à nobreza principal de Trás-os-Montes, representada por João Afonso Pimentel, e eventualmente um senhor menos poderoso, provavelmente seu par, Martim Afonso de Seixas.

Em segundo lugar, que as doações⁴⁴ teriam, cada uma delas, razões diferentes:

A primeira, com o intuito, por parte do Rei, de conservar do seu lado, através de mercês, um dos muitos representantes da pequena nobreza, imprescindíveis para as actuações militares, sejam as das batalhas em campo aberto ou da guerra de cerco, seja para golpes de mão, férteis na estratégia política da época, e não só em Portugal. Não excluimos que, ao mesmo tempo, o Mestre quisesse premiar a fidelidade e eventual valor bélico na “campanha do Entre-Douro-e-Minho”. Um chefe de guerra, e é disso que estamos a falar, independentemente desse chefe se candidatar, ou não, à chefia de um reino, como chefe de bando, deveria mostrar-se generoso para com os seus seguidores, que esperavam ganhos em troca do seu apoio.

Nota:

⁴⁴- E referimo-nos apenas às de 1385

Não era uma compra de fidelidade, mas sim o reconhecimento e o cimentar dessa mesma fidelidade.

A segunda doação, mais substancial, e que deveria ter aumentado enormemente a base patrimonial de Martim Gonçalves, terá tido como razão a prestação em Aljubarrota. Se foi por salvar a vida do rei, ou não, veremos depois.

A terceira procurou também a recompensa da fidelidade, e o estímulo para os trabalhos bélicos que se avizinhavam, com as conquistas pretendidas de Chaves e Bragança. Por outro lado, se juntarmos as terras de Outeiro de Miranda com as anteriormente doadas de Pinelo e Argozelo, o rei doava, a um seu partidário, fiel terras junto à raia, com a obrigação e a necessidade por parte do donatário, de defender possíveis entradas de inimigos pela fronteira transmontana.

Mas outro aspecto que nos salta à vista, é a evolução dos classificativos. No documento de Maio aparece simplesmente como Martim Gonçalves de Macedo. Mas já naquele dado após Aljubarrota recebe o designativo de “meu vassalo”. Pode argumentar-se que todos seriam vassalos do rei, o que juridicamente é verdade. Mas nem a todos os agraciados o monarca os distingue com este qualificativo. Pensamos que, aqui, D. João I quis mostrar uma maior proximidade e confiança com Martim Gonçalves de Macedo, e este “meu” é mais um possessivo restrito e de intimidade, significando que o rei o considerava “da sua casa”.

Finalmente, o “escudeiro do rei”, cuja leitura, a nosso ver, implica não só esta continuação de intimidade “doméstica” mas a inclusão de Martim Gonçalves dentro dos “guardas do corpo” régios. Aqueles a quem o rei confiava a sua vida e a sua segurança, em momentos graves. E isso só é possível se o visado tivesse dado provas do seu valor em campo de batalha, em defesa do rei, ou do grupo que o envolvia e protegia, ou o

tivesse salvo de qualquer conjura, o que não nos é dito por Fernão Lopes, que não deixaria de relatar o evento.

Todos estes factos apontam para que Martim Gonçalves de Macedo tenha salvo a vida de D. João na “Batalha Real”. Ferreira do Amaral acaba por considerar esta hipótese, quando escreve, a terminar o seu excelente artigo:

“Se alguma conclusão é de extrair após este longo e variado itinerário pelas fontes da batalha de Aljubarrota, é a impossibilidade duma confirmação absoluta de que o rei D. João I tenha sido salvo, quando caiu, no meio da peleja, por Martim Gonçalves de Macedo.

Mas não deixa de se revelar muito verosímil (sic) e, até mesmo, provável que as coisas se hajam passado desse modo.

Se assim foi, é legítimo afirmar, parafraseando Diogo Gomes de Figueiredo, que na força do braço do Macedo terá consistido a independência de Portugal...”

Quanto ao texto de Fernão Lopes, descrevendo o acontecimento, que Ferreira do Amaral julga ser uma interpolação, a questão não nos parece tão clara. Na realidade, e apoiando-nos na exaustiva seriação e análise que o Autor faz das várias cópias, a nossa conclusão é um pouco diferente.

Aceitamos, perfeitamente, que seja interpolação as menções aos Pereiras, que aparecem no códice do Arquivo da Casa de Tarouca, e que acima mencionámos. Mas no que diz respeito ao episódio que envolve Martim Gonçalves de Macedo, não nos parece de aceitar a interpolação. Não só porque a maior parte das versões contem esse episódio, que passou para o imaginário português, como também acreditamos que a esmagadora maioria dos portugueses de Quatrocentos, Quinhentos e séculos seguintes não terá lido Fernão Lopes, em qualquer das suas versões, mas ainda, e principalmente, pelo facto do

túmulo de Martim Gonçalves estar onde está, ⁴⁵ isto é, continuar a guardar o Mestre, mesmo depois de morto. Esta é uma honra que não é dada a ninguém, a não ser a alguém que queremos honrar tanto em vida quanto na morte. Só a ele confia, na morte, o que confiou em vida. E isto quer dizer que, muito provavelmente, Martim Gonçalves de Macedo não se encontrava junto ao rei, em Aljubarrota, por um simples acaso da sorte.

Defendemos, pois, a hipótese mais verosímil:

Não houve interpolação do episódio, mas o contrário. Isto é, que em algumas versões, já do século XVI, Martim Gonçalves foi retirado para fazer ressaltar a valentia e a coragem do fundador da Dinastia de Avis. Retirar o autor da façanha por parte dos que queriam glorificar o rei era possível em algumas cópias do texto de Fernão Lopes. Mas uma interpolação por interesses familiares apareceria num exemplar, ou nas cópias da família. Aliás, o que aconteceu com os Pereiras é, para nós, demonstrativo. Apenas um exemplar reproduz o episódio colocando aí Álvaro Pereira, ao lado do nosso herói. E de tal forma que, se o intuito fosse uma interpolação simples, para glorificar um antepassado, o que faria ali Martim Gonçalves de Macedo, que não pertencia nem à família nem à “pintura”? Pensamos que o texto da Casa de Tarouca, sendo uma falsificação, é a melhor prova de que, no original, estaria a história do salvamento da vida do rei pelo senhor de Macedo de Cavaleiros.

Mas é tempo de falarmos da Aljubarrota. Da batalha, e do possível papel de Martim Gonçalves no seu desenrolar.

Nota:

⁴⁵- Referimo-nos à proximidade ao túmulo de D. João I, e não à sua posição actual que, como vimos, não é a original.

6-Aljubarrota, a “BATALHA REAL”

A batalha de Aljubarrota, chamada depois “Batalha Real”, representa um dos maiores feitos de armas da nossa História, muito embora, como bem tem recordado João Gouveia Monteiro, a nossa maior autoridade sobre o tema, alguns pontos tenham sido incompreendidos, e outros episódios sofreram com o exagero de um nacionalismo a-histórico.

Mas Aljubarrota⁴⁶ tem antecedentes, próximos e longínquos. Não vamos, aqui, descrever “a batalha”, já tratada por vários especialistas na “batalha”, mas apenas dar uma ideia do que se terá passado em momentos importantes, que nos possam ajudar a compreender o episódio em que foi também actor Martim Gonçalves de Macedo.

Tudo começa, neste caso concreto, com a última invasão do rei de Castela, D. João, marido de D. Beatriz, pretendente ao trono, e se prolonga na condução das operações de oposição à força invasora por D. Nuno Álvares Pereira, que consideramos um estratega de génio, mas um “normal” táctico.

A genialidade militar de D. Nuno teria o seu expoente mais alto na “campanha de Aljubarrota”. E aqui emprego propositadamente o qualificativo “campanha”. A táctica empregue não trazia grandes novidades. Já os ingleses a tinham experimentado, com sucesso, por exemplo em Crécy, e o próprio Nuno Álvares, em parte, na batalha de Atoleiros. A diferença estava no tamanho dos contingentes em presença, e na complexidade das defesas móveis. Os ingleses presentes em Portugal teriam tido, nessa escolha não feudal, um papel predominante.

Nota:

⁴⁶ – Mal chamada “Batalha de Aljubarrota”, que fica a vários quilómetros do local. Era, contudo, a vila mais importante das redondezas, se exceptuarmos Porto de Mós. Não devemos esquecer que esta vila era do senhorio dos cistercienses de Santa Maria de Alcobaça, cujo D. Abade era visitador da Ordem de Avis, e o papel que o mosteiro cisterciense e as populações dos seus coutos e senhorio tiveram no apoio às tropas portuguesas

Mas a estratégia é um outro assunto. Vejamos, então, e muito brevemente.

D. João de Castela entra com o seu exército por uma das vias tradicionais de invasão do reino de Portugal: A Beira Alta, em direcção a Trancoso. Por aí se tinha tentado a penetração, e com êxito, no ano anterior. As forças dos senhores da Beira tinham apanhado a coluna castelhana de regresso à sua base, exausta, a meio de uma marcha, com um grande peso e volume de saque e despojos de guerra. Isso atrasava, e muito, os castelhanos que, não querendo perder as riquezas conquistadas, preferiram dar combate a deixar para trás a carriagem.

As forças invasoras tinham dois caminhos para chegar a Lisboa: ou seguiam a via romana que se dirigia a Viseu e Coimbra, apanhando, depois, a antiga via Aeminium-Olísipo, ou escolheriam descer pelas terras planas da Beira Baixa, rumo a Castelo Branco e à linha do Tejo, que seguiriam. Se este último itinerário facilitava o estabelecimento de uma linha de abastecimento mais curta e fácil de controlar, já que boa parte se faria a pouca distância do território castelhano, o segundo itinerário apresentava-se mais propício ao rápido avanço de um numeroso exército. E muito embora encontrassem pelo caminho algumas praças-fortes, tinham a certeza de ser melhor servidos em alimentos e pasto para os animais. Daí que tenha sido escolhido este último itinerário. Quanto aos portugueses, não representariam um perigo, pois o seu número era diminuto, poucos os verdadeiros e treinados guerreiros, e no exército castelhano iam vários nobres lusos, que conheciam bem o terreno por onde passavam e os homens que compunham o exército do Mestre de Avis.

D. João escolheu colocar as suas forças na estratégica vila de Abrantes. Ainda hoje, ela é considerada a chave para a defesa de Lisboa, e não é por acaso que à sua volta se estacionaram tantas unidades. Da sua posição, o Mestre controlava o vale do Tejo, e poderia facilmente acorrer a Lisboa ou a outro local onde fosse necessário. E

também tapava a hipótese da via da Beira Baixa, ou de outra qualquer coluna que entrasse pela região alentejana, para se juntar ao monarca castelhano, conquistando ainda a margem sul do rio.

Conta-nos Fernão Lopes que, reunido o conselho de guerra em Abrantes, Nuno Álvares não terá concordado com as propostas do conselho: atacar a Andaluzia, para distrair D. João do ataque a Lisboa para acudir os seus domínios, ou propor umas tréguas ao inimigo. Posto isto, D. Nuno reuniu os seus homens de armas e ter-se-á dirigido a Tomar, com o intuito de dar batalha aos castelhanos. Ora, esta descrição do nosso cronista, seguido pelos historiadores, é completamente inverosímil. Vejamos:

O ataque à Andaluzia deixaria desprotegida Lisboa, que facilmente cairia. Notemos, também, que mais rapidamente chegava D. João a Lisboa que o Mestre de Avis à Andaluzia, para além de deixar o reino completamente desprotegido. Mesmo que tal acontecesse, nunca as notícias do ataque chegariam a tempo de evitar a conquista de Lisboa pelos castelhanos, que logo se deslocariam para o sul de Castela, deixando em Portugal os nobres lusitanos que com ele vinham.

O negociar “um bom acordo” não era possível, pois este bom acordo só poderia ser negociado em posição de força, pelo menos, aparente, o que não conseguia. E como iria o rei castelhano negociar um bom acordo com aqueles que não lhe podiam, ou queriam, fazer frente?

Pensamos que o que se terá passado é bem diferente. A ocupação de Abrantes é extraordinariamente lógica, do ponto de vista da defesa estratégica de Lisboa e do Vale do Tejo e também de Santarém, de que ninguém se parece lembrar. Como não se pergunta por que razão, aquando da segunda guerra com Castela, D. Fernando estar em Santarém, e para lá convergirem os seus vassalos. Não sendo este o único papel que teve a cidade ribatejana nestas guerras.

Controlada esta parte, era necessário decidir onde se daria a batalha. Entra aqui a escolha do lugar favorável. O que D. Nuno foi fazer a Tomar, sede da Ordem de Cristo, que normalmente não é referida, foi colocar um obstáculo à marcha do invasor. Não o dar batalha. Sabemos que a região de Tomar é de fácil defesa, e as tropas portuguesas sofreram ali uma estrondosa derrota em 1137. Mas ser um lugar de fácil defesa não significa ser um lugar de fácil batalha campal, se não, os castelhanos teriam a mesma vantagem. E o que faz o Condestável é desviar o exército castelhano para onde ele queria que fosse. Descartada a hipótese da via Olisipo-Bracara, restava a via do litoral que, saindo da principal, perto de Leiria, descia pela chamada “região oeste”. Vendo que o inimigo tinha caído no engodo, as tropas portuguesas, já com o Mestre de Avis e D. Nuno, partem para os campos de S. Jorge, junto a Porto de Mós, local onde vinham desembocar (ou, melhor, perto do qual vinham desembocar) as estradas que atravessavam as serras estremenhas, passando uma perto de Ourém. Esta era uma fortaleza-chave, trinco da passagem do Oeste para a linha do Tejo, e não é por acaso que se dá o senhorio dessa vila a determinadas personagens. Nesta altura, primeiro a João Fernandes Andeiro, e depois, em 1384, a D. Nuno.

E a passagem de Tomar? Ficava defendida pelos cavaleiros de Cristo que, por esse motivo, estão ausentes dos principais acontecimentos militares. E pela mesma estrada que o exército português tinha tomado, se podia voltar atrás.

A escolha do terreno foi certa, e não foi na véspera da batalha. Esse local de S. Jorge apresentava muitas vantagens, para além da defesa dos flancos facilitada pelos dois cursos de água. Estreitava a frente de ataque do exército castelhano, que necessitava de um mínimo (e já com muito boa vontade) de dois metros de frente por cavaleiro. Proporcionava duas boas linhas de fuga: em direcção a Ourém, e pelo couro

de Alcobaça, “comandado” nessa altura pelo abade-guerreiro D. João D’Ornelas e que, não por acaso, era o visitador da Ordem de Avis.

Duas últimas notas:

Se a estratégia não fosse esta, não se explicaria um conjunto de acontecimentos. Ou seja, se os acontecimentos se passassem como conta Fernão Lopes, teríamos várias dificuldades. Em primeiro lugar, a primeira posição do exército português, aceite pela nossa historiografia, seria ilógica e tonta, pois não há exército, por forte que seja, que ataque um inimigo em posição de defesa mandando a sua cavalaria subir uma encosta com mais de quinze por cento de inclinação. Por outro, não se entende a inversão das posições no campo de batalha, passando a vanguarda do dispositivo português, ordenadamente (como se tal fosse possível) pela retaguarda, tomando a formação contrária. Acresce que, por mais que trabalhassem, os portugueses não conseguiriam, em tão pouco tempo, levantar as defesas para a vanguarda, desde os abatisses a outros dispositivos. E os castelhanos tê-los-iam visto na sua azáfama construtiva.

E a última nota. Qual o exército que, não tendo defesas previamente preparadas, especialmente aquelas que não podem nem devem ser detectadas pelo inimigo, vai dar batalha a um exército maior, e com uma formidável cavalaria, e que inicia a sua carga num ponto mais alto, conseguindo assim ganhar mais velocidade de carga? Isso só acontece quando o objectivo é que o inimigo tenha mesmo dificuldade em parar por si próprio.

Chegamos ao combate propriamente dito. O exército português vai dirigir-se para a região de Porto de Mós para impedir a progressão dos castelhanos, rumo a Lisboa, como já foi dito.

A disposição do exército português apresentava algumas novidades para os castelhanos, e talvez não tantas para os franceses, que já tinha experimentado a derrota

de Crécy. Uma linha da frente constituída por lanceiros ou, provavelmente, piqueiros e também, por infantes que levariam não uma lança, mas uma espécie de alabarda com que derrubavam os cavaleiros⁴⁷. O cronista Jean de Frossart⁴⁸ escreve:

“... d’autre part les Portingalois⁴⁹ tenoient en leurs poings lances affilés de fers de Bourdeaux **trenchants et persans** tout oultre, qui abatoient e navroient chevaliers e gens d’armes, et mettoient à mercy”.

Ou seja, armas de cabo longo que não só perfuravam, como as tradicionais lanças, mas que também cortavam. Seriam semelhantes ao da gravura mostrada abaixo.



Nas alas, besteiros e arqueiros (estes, na sua maior parte, ingleses), fustigariam os atacantes. À frente do dispositivo, um conjunto de obstáculos que procuravam não só dificultar o assalto às linhas defensivas, mas igualmente diminuir e afunilar a frente de ataque das tropas castelhanas.

Notas:

⁴⁷- A alabarda, como nome designativo de um determinado tipo de armamento, apareceu mais tarde, e tem origem alemã, mas as “lanças” empregues pela peonagem, tal como são descritas, sugerem uma forma primitiva desse instrumento de guerra. Devemos esta chamada de atenção ao Dr. Miguel Sanches de Baêna, a quem agradecemos.

⁴⁸- *Chroniques*, livros III e IV, Paris, 2004, pág. 262

⁴⁹- Portugueses

Todo este dispositivo de vanguarda era comandado pelo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, que com a sua guarda se localizava, não no centro, mas descaído sobre a ala esquerda portuguesa, numa posição relativamente elevada, a fim de ter um domínio sobre o desenrolar da refrega.

A retaguarda estava às ordens do rei, montado a cavalo e protegido pelos seus guardas de corpo. É ainda Froissart que escreve⁵⁰:

“Là estoit le roy de Portingal Montez sur un grant cheval, ses banieres devant lui en grant arroy...”

E Fernão Lopes⁵¹:

“E em esta az⁵², cujas pontas çarravaõ cõ avomguoarda, forrada de homens de pee e besteitos em que havia setecentas lanças⁵³ estava el Rey com sua bandeira... e os que eraõ guoardas del Rey junto com ele e ysso mesmo os que aviaõ de guoardar a bandeira”.

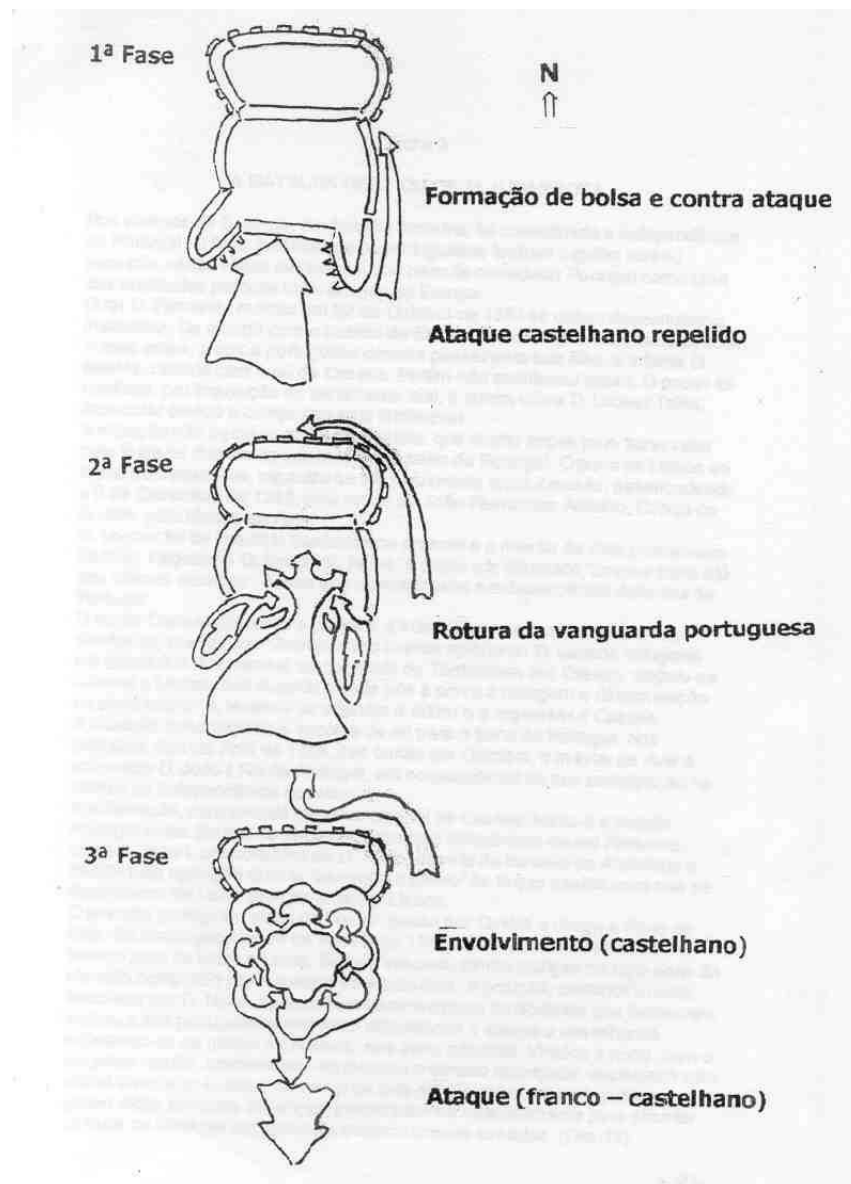
Notas:

⁵⁰ – Opus cit. pág. 263

⁵¹ - Crónica de D. João I, citado, Pág. 92

⁵² - A retaguarda ou reguarda

⁵³ - Entre 2100 e 2800 homens



Fases da batalha Aljubarrota, segundo Valente dos Santos

O rei estava, portanto, em lugar mais seguro⁵⁴ protegido por um grupo de homens armados e de confiança, prontos a dar a vida pela defesa do seu senhor. Entre eles estaria Martim Gonçalves de Macedo.

Nota:

⁵⁴ – Tanto quanto se pode estar numa batalha em campo aberto

Rompidas as linhas portuguesas pela investida do inimigo⁵⁵, o rei corre em auxílio da sua vanguarda, procurando tapar a brecha assim aberta. Para isso servia a reserva, e a presença do monarca, no ataque, aumentava o moral das suas tropas. Aqui começa a desenrolar-se o episódio de Martim Gonçalves. Fernão Lopes relata-nos a investida do rei⁵⁶:

“El Rey vio avomguarda rota e o Comde⁵⁷ em tamanha presa, cõ grande cuidado e todos com ele, abalou rijamente cõ sua bandeira... leixando as lanças de que se pouco servirão por azo da mestura da gemte, começou de ferir de ffacha e cõ tal vomtade como se fosse huũ simpres cavaleiro desejoso de guanhar fama”.

Froissart⁵⁸, não referindo o episódio do ataque do cavaleiro castelhano, conta:

“Là descendi le roy de Portingal à pie e prinst da hache et s’en vint sur le pás et fist merveilles d’armes...”



Machado de combate

Notas:

⁵⁵-O primeiro ataque estava constituído sobretudo por cavaleiros de gentes de armas franceses

⁵⁶-Opus cit, págs. 106 e 107

⁵⁷-Nuno Álvares Pereira

⁵⁸-Pág. 269.

De notar, porque julgamos importante, que Fernão Lopes põe o rei a combater com uma facha (ou faxa), enquanto Froissart, que tem as suas informações de quem participou na batalha, ao contrário do cronista português, que escreve várias décadas depois, coloca um machado de combate nas mãos de D. João de Portugal.

Fernão Lopes descreve, de seguida, o episódio de Sandoval:

“E veio a elle por aquecimento Alvaro Guonçalvez de Sandoval, bem manço e de boõ corpo, ardido cavaleiro, casado daquele año; e como el Rey alçou a facha deçemdo pera lhe dar ele reço o guolpe e travou por ela e tirou taõ rijo que lha levou das mãos e fezeo ageolhar dambolos geolhos **e foy loguuo alevantado**.

E quando Alvaro Gonçalves levantou a facha para lhe dar com ela, el Rey esperou o golpe e tornou-a a tomar por aquela guisa e quando lhe quisera outra vez dar, jazia já morto pelos que erão presêtes...”

A passagem parece-nos clara. D. João ataca e é atacado por Álvaro Gonçalves de Sandoval e, recebendo um golpe do castelhano, cai de joelhos em terra. Repare-se que o nosso cronista refere que o rei perdeu a sua arma, que lhe foi arrancada pela do inimigo. Aparou, por isso, o golpe com o seu escudo. Mas, a seguir, diz-se na Crónica, passagem que acima realçámos, que o rei foi logo levantado. É algo evidente. O rei, sobretudo nessas circunstâncias, não avança sozinho para o inimigo. Entra na refrega, mas protegido pelos seus guardas de corpo, que lhe acodem. E são eles que matam Sandoval.

Pensamos que esta passagem de Fernão Lopes, segundo o códice da Biblioteca Pública de Évora, vem confirmar aquilo que já tínhamos dito: que não houve interpolação, mas sim supressão do acto praticado por Martim Gonçalves de Macedo. É pouco verosímil que quem recebe um golpe tão violento que o faz cair sobre ambos os joelhos, consiga levantar-se por si só, na fracção de segundos que leva o inimigo a desferir-lhe um novo golpe. E um inimigo jovem e bem treinado. O rei teria que ter sido

socorrido por aqueles que o protegiam e que acabaram por matar o castelhano. E esse alguém, não temos dúvidas, foi Martim Gonçalves de Macedo.

O acto ficou gravado no timbre das suas armas. Vejamos:

A arma com que atacou Sandoval era uma facha. Era constituída por um cabo, com cerca de setenta e cinco centímetros de comprimento, tendo na extremidade uma bola de ferro ou de chumbo⁵⁹. Era um instrumento de guerra bastante eficaz e apreciado. Basta atentarmos nesta passagem de Fernão Lopes⁶⁰.

“(João Afonso Tello enviou ao Condestável) huña espada darmas⁶¹ guuoarnida. E o Comde a recebeo ledamente e lhe mandou de retorno huña boa faxa de chumbo”.

As fachas de chumbo não tinham bicos na bola, e mesmo as de ferro raramente as tinham. Isto porque, desconhecendo-se na altura a soldadura, e ligando-se as peças por caldeamento, a distância entre os bicos seria demasiadamente pequena para que o martelo pudesse trabalhar em boas condições.

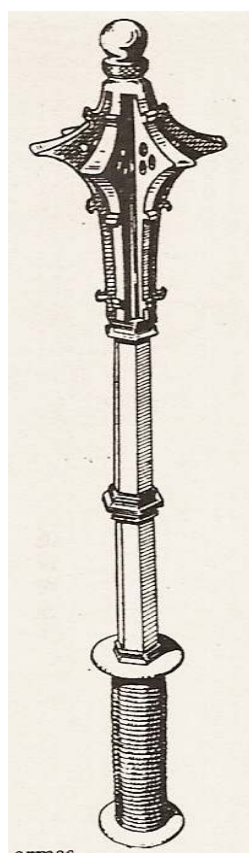
Notas:

⁵⁹- Segundo informação do Dr. Sanches de Baêna, apenas em Portugal se conhecem notícias do uso do chumbo na extremidade da facha

⁶⁰- Opus cit pág. 103

⁶¹- A espada de armas era um pouco maior do que a espada normal, sendo classificada de espada de mão e meia. Não se deve confundir com o montante. No caso presente, a espada era de grande preço, já que se diz que era guarnecida.

Mas é uma facha a arma representada no timbre de Macedo. Com picos, é certo, mas podemos atribuir isso a uma “liberdade” heráldica, para mais facilmente se reconhecer o objecto como arma ofensiva, e não como qualquer bastão⁶¹. O braço que sustenta a facha será, por isso, o do Sandoval, que Martim Gonçalves de Macedo “parou” quando se preparava para desferir o golpe final sobre o rei português. Podemos juntar, pois, a nossa voz àqueles que dizem que a Martim Gonçalves se deve o facto de, em 1385, não passarmos a fazer parte de Castela.



(Um provável modelo de “Maça de armas”
utilizado por Martim Gonçalves de Macedo)

Nota:

⁶²- Não sendo aqui o momento de desenvolver o tema, refira-se que existiam, desde, pelo menos o século XIII, maças com lâminas incorporadas, de tipo plano ou triangular. As de bicos vão aparecer mais tarde.

7- Após Aljubarrota

O Rei D. João I, passa por Macedo de Cavaleiros

Como nos relata Fernão Lopes,⁶³ a decisão do rei marchar em direcção a Bragança prendia-se com as mesmas razões de Chaves⁶⁴, havia que obrigar João Afonso Pimentel, alcaide da cidade, casado com Joana Teles de Meneses, irmã bastarda de D. Leonor Teles, a dar voz pelo Mestre.

Aconteceu, segundo o cronista, que o Rei se junta ao Condestável em Castelãos (freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros), a 6 de Maio. Entretanto, enviados mensageiros a Bragança, voltam a Castelãos com a notícia que João Afonso Pimentel, tinha dado voz por Portugal.

Recebida a boa nova em Castelãos⁶⁵, o Mestre retira as tropas de Castelãos, a 8 de Maio de 1386, dirigindo-se para a Torre de Moncorvo.

Assim, Vilariça é palco de um “grande alto” efectuado pelas tropas do Mestre, facto que ficou conhecido pelo “Alardo de Vilariça”. Segundo as palavras de Fernão Lopes “*Este foy o mais feroso alardo que ataa li em Portugal*”, Bem avisados andaram os Macedenses ao atribuir o nome de Nuno Alvares Pereira a uma das principais artérias da cidade. Coincidentemente, essa avenida dá acesso à aldeia de Castelãos, onde acampou o Mestre e o futuro Frei Nuno de Santa Maria⁶⁶

Notas:

63 E como ally foraõ todos, o Cõde partio cõ elles pêra Chaves e levou caminho de Braguança; e em hua aldeã que chamaõ **Castellaõs** leixou gemtes e bandeira sob governamça e capitania de Martin Gonçalves de Carvalhal, seu tio, e elle se foy afforado a Chaves não mais que cõ oitemta lamças. Ell Rey soube parte de sua ida e foy o receber fora do arraiall muy lomge, e emtão chegou hy tambe o comçelho de Lixboa, cõ que ell Rey foy asaaz ledo de como hia coregido e sua boa ordenamça. E tornou-se ell Rey pêra o arraiall e o Comdestabre com elle, in Fernão Lopes, crónica D. João I, pág. 167

64– Fernão Lopes, Introdução do Volume II, pág. XVII – Lê-se:

16 de Janeiro assenta arraial em Chaves, onde recebeu auxilio do Condestável. . a sua duração foi longa termina em 30 de Abril.

Após a conquista de Chaves **o rei dirigiu-se a Bragança, encontrando-se em 6 de Maio no arraial de Castelãos**, onde se juntou ao exército de D. Nuno Alvares Pereira que o havia antecedido.

Dois dias depois dirigem-se para Torre de Moncorvo, assentando arraiais na Ribeira da Valarica que hee termo daquele lugar, lugar onde vão permanecer até 20 de Maio.

65- Porquê fazer o auto em Castelãos? Como vimos na nota 6, o bastião de Macedo de Cavaleiros, com uma forte presença senhorial; (Senhores de Macedo, Senhores de Chacim, Senhores de Bornes), foi o único da região a não dar voz por Castela, daí, porventura ser um local seguro para reunir tropas.

66 Cardoso, Manuel José de Sousa, Macedo de Cavaleiros rua a rua, pág. 20



Mapa da malha urbana de Macedo de Cavaleiros –

(7) Av. Nuno Alvares Pereira, saída em direcção a Castelãos.

(10) Zona mais antiga da cidade – Prado dos Cavaleiros

8- Acerca do túmulo de Martim Gonçalves de Macedo no Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Quem visite o túmulo de Martim Gonçalves de Macedo, que se encontra na nave principal da Igreja de Santa Maria da Vitória (Mosteiro da Batalha), justamente do lado direito da porta de entrada da capela do fundador, situada na nave colateral sul, encontrará, somente, na tampa do túmulo a inscrição “ *Salvou a vida ao Snr. D. João I na batalha de Aljubarrota* ” talvez por desgaste da lápide no decorrer dos tempos, como é visível

No decorrer dos tempos, foram vários os factores que a isso levaram. Quando James Murphy no final do século XVIII (1789-1790) procedeu ao registo do monumento já ele

se encontrava em ruína. 1810, as invasões Francesas serviram para acelerar essa ruína. 1834, com a extinção das Ordens religiosas deu-se o abandono total.

As primeiras intervenções de restauro são efectuadas em 1842/43, pela mão de Mouzinho de Albuquerque, mas até ao final do século XIX, não se consegue identificar a atribuição do túmulo, devido ao desgaste da lápide. A denominação de Martim Gonçalves **de** Maçada terá acontecido no princípio do século XX. Nos arquivos do Mosteiro não existem referências, atribuindo-se⁶⁷ o túmulo a Martim Gonçalves de Macedo, **o homem da maçada**, isto é, a Martim Gonçalves **da** Maçada., mas estando inscrito na sinalética identificadora da cabeça do túmulo, Martim Gonçalves **de** Maçada. E é aqui que (nos determinativos **de** e **da**) reside a confusão. No foral de Bragança de 1514, declara El-Rei que mais se não devem levar as penas de *maçaduras* e *sangue*, que antes chamavam *indicias* e, nos princípios do Reino, *vozes*, *coimas* ou *livores*. Ainda hoje se diz **maçada**, uma carga de pau, pisa, tosa⁶⁸

Notas

⁶⁷ Devemos esta informação verbal à Dr^a Rita Quina, colaboradora do IPPAR, na biblioteca do Mosteiro da Batalha

⁶⁸ Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, in *Elucidário das Palavras, termos e frases*, volume II B-Z, pág. 373

Na 4ª edição da revista da Fundação do Mosteiro da Batalha de 1869 pág. 11, já não se conseguia identificar a personagem que estava sepultado na campa hoje identificada como pertencente a Martim Gonçalves de Maçada.

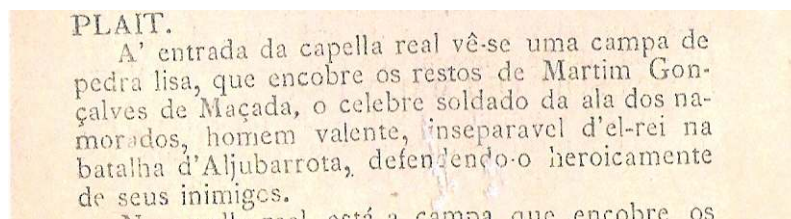
em tempo de Affonso V, seu sobrinho.
A porta da capella real, está uma campa de
pedra liza, que cobre a sepultura de um solda-
do da alla dos namorados, homem muito valen-
te, que foi inseparavel de el-rei, na batalha
de Aljubarrota, defendendo-o de seus inimigos
corajosamente, sempre a seu lado.

Na mesma revista mas de 1880 na pág.12 o texto é o mesmo, mas, em anotações à margem, de quem não se sabe a autoria, dá-nos a localização exacta (à data) do túmulo:

em tempo de Affonso V, seu sobrinho.
Abaixo do degrau que se sobe para a capella real e já no
pavimento da Igreja
A porta da capella real, está uma campa de
pedra liza, que cobre a sepultura de um solda-
do da alla dos namorados, homem muito valen-
te, que foi inseparavel d'el-rei na batalha d'Al-
jubarrota, defendendo-o de seus inimigos cora-
josamente sempre a seu lado.
Sigam que
seu nome
era Alberto
Martins de Gonçalves

Assim, lê-se: ***Abaixo do degrau que se sobe para a capela real e já no pavimento da Igreja.*** Isto é, nesta data o túmulo encontrava-se localizado cerca de 1,20m a sul do local onde hoje se encontra. Por outro lado, nas anotações à margem atribuíam-se a sepultura a um Alberto Martins de Gonçalves.

O alvar de 1900 viu o começo das intervenções de conservação e restauro e na mesma revista, edição de 1900 na pág. 12, aparece o túmulo atribuído a Martim Gonçalves de Maçada, pela primeira vez.



Na inscrição constante da tampa tumular lê-se: **salvou a vida a D. João I na batalha de Aljubarrota**



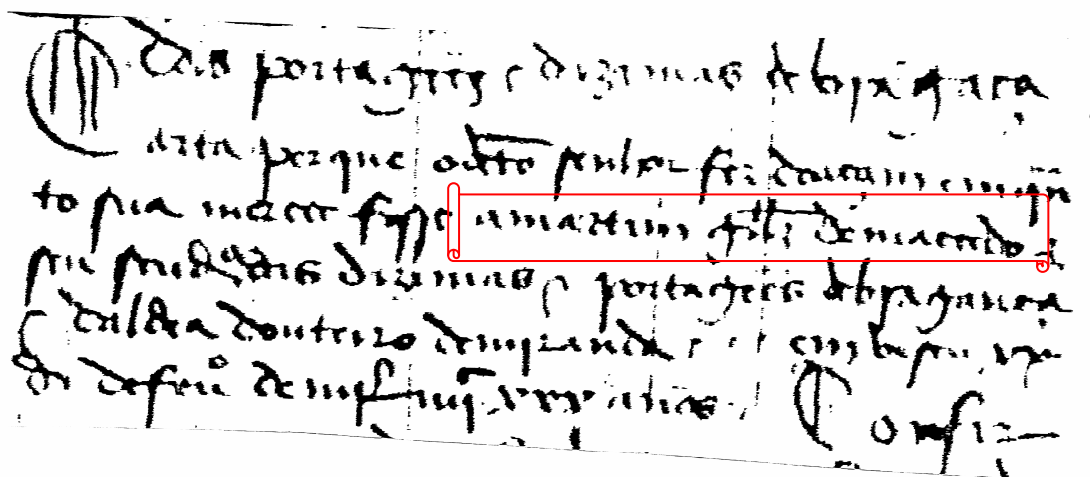
Na sinalética do túmulo pode-se ler: *Túmulo de Martin Gonçalves de Maçada*

Consultada a documentação proveniente da Chancelaria de D. João I, não resta duvidas quanto ao nome. A exemplo, o referido no documento de doação das portagens e dizimas de Bragança (parte das doações recebidas de D. João I, pelo seu comportamento na batalha de Aljubarrota), atribuídas, “*a Martim Gls de Maceedo*” (Martim Gonçalves de Macedo).

É visível pelas placas do pavimento a deslocação do túmulo para cerca de 1,20m para o lado direita da entrada da porta de acesso ao túmulo do Fundador



As lajes mais clara serão as originais, com evidentes sinais de desgaste, notando-se o remendo do pavimento aquando da deslocação do túmulo



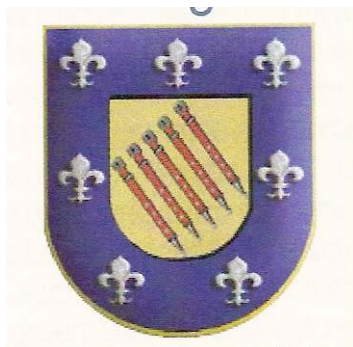
Livro 2, Microfilme, Rolo NA/TT/0167/R Folha 65 V
(em caixa lê-se: a **Martim Glz de Maceedo**)

8.1 -Quem é o **Martim Gonçalves de Maçada!**

A existência de um Martim Gonçalves Pimentel (de Maçada), segundo uns genealogistas, filho do 1º conde de Benavente D. João Afonso Pimentel, segundo outros, filho natural do Comendador da Ordem de Avis Álvaro Gonçalves Pimentel.

Martim Gonçalves Pimentel casou com Inêz Estêvão Mesquita, filha de Estêvão Pires da Mesquita, senhor do couto e torre de Vilar de Maçada (Vila pertencente hoje ao Concelho de Alijó – Distrito de Vila Real).

Manuel Abranches de Soveral, no seu ensaio sobre a origem dos Mesquita, descreve assim as suas armas “ *São de ouro, cinco cinturões de vermelho postos em banda, cada qual como uma fivela, biqueira e três tachões de prata, com fivela para cima; bordadura de azul carregada de sete flores-de-lis de prata. Timbre: meio mouro vestido de azul, toucado de um turbante de prata e tendo na mão uma lança de sua cor*”.



Se são estas as armas dos Mesquita, de Vilar de Maçada, nada têm a ver com as Armas dos Macedo, não só com as armas iniciais, como, com as alterações introduzidas por D. João I, em mercê do comportamento de Martim Gonçalves de Macedo na Batalha de Aljubarrota.

Por outro lado e pela documentação que Manuel Abranches Soveral conseguiu reunir, comprova que, este Martim Gonçalves Pimentel (de Maçada) nasce cerca de 1410 Era escrivão das sisas de Vila Flor, “ *Martim Gonçalus de Villa Frrol*”, morador em Vila Flor, cargo para que foi nomeado por D. Afonso V em 19.4.1454., renunciando ao cargo, por instrumento público em 1479, tendo falecido antes de 31.5.1481. Portanto, nunca este Martim Gonçalves Pimentel (de Maçada), poderia ter estado presente na Batalha de Aljubarrota.

9- Conclusão

João Gomes do Vinhal, Sr. de Macedo de Cavaleiros, tem filho varão o Afonso Gonçalves de Macedo, único filho da família a adoptar este apelido, o que faz sentido, mesmo que não seja unanimemente reconhecido como Sr. de Macedo de Cavaleiros. Todavia o Nobiliário das Famílias de Portugal, no Volume VII, na página 9 admite como provável que tenha tomado esse apelido e adoptado esse título “ *tomou appellido do lugar de Macedo na Província de Traz os Montes, de que talvez seria Sr.* ”. O seu filho, Gonçalves Rodrigues de Macedo viria também adoptar o título de Senhor de Macedo de Cavaleiros.

Refira-se que os filhos de Afonso Gonçalves de Macedo; Gonçalo Rodrigues, João Gonçalves adoptam o apelido de Macedo. Já o seu neto varão, Fernão Esteves, não o tomará, (o Abade Baçal é o único a atribuir-lhe o apelido “Macedo”) mas irá dar continuidade ao apelido nos seus filhos, Aires, Gonçalo e Rui Fernandes de Macedo tendo este instituído um lugar (em 8.1.1353) em Macedo de Cavaleiros. Família que por esta varonia, conservará o apelido até 1560. Nesta data, Gaspar de Macedo que por ter casado com Brites do Amaral, baptiza os filhos com o apelido “Amaral” o que irá manter-se até aos dias de hoje. (2006).

Temos a existência de 11 gerações (c.1200 a c.1590) até à morte de Gaspar de Macedo onde perdurará (seguindo esta varonia) o apelido e a família Macedo, o que condiz com a informação prestada por José Cardoso Borges, elemento da Academia da História, na descrição topográfica da cidade de Bragança em 1721.

A análise efectuada às “cartas de brasão de armas dos Macedos”, antecedentes e precedentes, são definitivas na confirmação da sua existência. A páginas 179 da publicação retirámos, ainda, a seguinte informação referente à carta recebida de

“Portugal Rey Darmas Principal, Dona Maria por graça de Deus Rainha de Portugal, e dos Algarves d’aquem e d’alem mar em Africa senhor da Guiné, e da conquista, navegação, do comercio de Ethiopia Perçia Índia”, enviada a **Francisco Xavier Figueira de Macedo**, bisneto de Gonçalo Miguel Pires e de sua mulher Margarida Teixeira de Macedo, descendente por largas séries d’Avós de João Gonçalves Teixeira, sexto senhor de honra, e Couto de Teixeira (este João Gonçalves de Teixeira era bisavô de Pedro Teixeira, também Sr. de Teixeira, que casou com Joana Martins de Macedo, filha de Martim Gonçalves de Macedo). Por este (**Francisco Xavier Figueira de Macedo**) ter solicitado à rainha a confirmação das suas armas. : “ *...Martim Gonçalves de Macedo, camareiro mor do senhor rei D. João primeiro e chefes de ilustres famílias*”. Assim, em 3 de Agosto de 1787 aparece o Sr. Francisco Xavier Figueira de Macedo, fruto da união entre duas famílias, “Os Macedos e os Teixeiras”, a reivindicar as armas dos Macedos, mas não por varonia directa do Martim Gonçalves de Macedo.

Os vários autores são unânimes em considerar as alterações verificadas já no século XV, no brasão de armas dos Macedos, antes e depois de Aljubarrota, a que já nos referimos, isto é, o acrescento “ *que he hum braço vestido de azul, com huma Masa de armas na mão como que quer dar com ella, a Masa de ferro com suas pontas, & cabo de ouro & a maõ de sua cor, & por diferença, huma Brica de prata, & nella hum trifólio preto*”

Martim Gonçalves de Macedo tem estado debaixo da poeira dos tempos há mais de 620 anos.

Os historiadores/genealogistas são todos unânimes da existência e decorrência desta linhagem de Martim Gonçalves de Macedo. Provavelmente, nunca se saberá onde

nasceu, mas sabemos que viveu e teve senhorio em Macedo de Cavaleiros, não sabemos onde morreu, mas sabemos que estará enterrado, ou pelo menos tem túmulo no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, à entrada da sala do Fundador, como quem continua a tomar conta do seu Rei.

Macedo de Cavaleiros é uma região do país que, como tantas outras, tem sido esquecida pelos trabalhadores da história. A partir do ano de 2003, graças à louvável iniciativa da edilidade local em parceria com o Instituto Alexandre Herculano e Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Associação de Defesa do Património Arqueológico de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes", Juntas de Freguesias do Concelhos e outras Instituições locais, ligadas pelo interesse da defesa do património Concelhio, deram corpo ao projecto "Terras Quentes" que consubstancia em si, sub-projectos nas áreas da Arqueologia, História, História de Arte, Conservação e Restauro e Antropologia.

Aos poucos, tem vindo a emergir conhecimentos de reconhecido interesse histórico e científico, não só de importância local, como regional, diga-se mesmo, nacional.

Com estes novos (talvez, melhor dizendo, revisitados) dados, pensamos fazer um pouco de justiça a uma figura, de ténpera transmontana que, como tanto outros, anonimamente têm vindo, ao longo dos séculos, a dar corpo à história deste País.

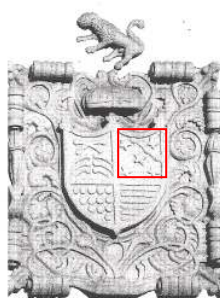
A informação documental disponível para a elaboração deste trabalho é residual, naturalmente caberá aos arqueólogos certificarem, no local, alguns dados que interessa ancorar, mormente descobrir o local onde viveu (teve solar) Martim Gonçalves de Macedo, provavelmente estará localizado na zona mais antiga da cidade, com o topónimo de "Prado dos Cavaleiros"



Foto extraída do livro Macedo Rua a Rua. (Cardoso; 2006:p30) - Bairro do Prado dos Cavaleiros

Outro local, provável, da localização do solar dos “Macedo” será na actual rua da “Fonte do Paço”⁶⁸

Ainda hoje existe, em Macedo de Cavaleiros, uma casa com o brasão de armas dos Macedos⁶⁹



(Solar, hoje conhecido por casa Falcão)

⁶⁸ – Na sua obra Macedo rua a rua, Manuel Cardoso, na página 88, refere-se assim ao local. “ O Paço seria um solar de que hoje nada resta e estaria relacionado com a família Macedo, embora dum ramo cuja representação recairia nos Vasconcelos e não nos Costa Macedo do solar ainda existente. A nascente dessa fonte encontra-se soterrada pelo pavimento desta rua mas há uma indicação triangular nas pedras do muro da casa do senhor Mário Gomes que corresponde ao ponto onde se encontra a mãe de água, de abóbada simples de laje de pedra e com degraus de acesso”.

⁶⁹ A este respeito, do livro já citado “Macedo de Cavaleiros rua a rua” de Manuel Cardoso, transcrevemos a nota 7 da página 135 “ Este solar foi construído na primeira metade do século XVIII por D. Ana de Sá Sarmento e seu marido, o Dr. José da Costa Macedo. Ela era filha dos Morgados de Macedo e ele era licenciado pela Universidade de Coimbra, tendo sido juiz em diversas Comarcas., nomeadamente em Miranda do Douro. Há dois factos muito curiosos a propósito deste casal e deste solar: um é o brasão que está na fachada que é um brasão em escudo masculino, mas a carta de armas tinha-lhe sido concedida a ela por D. João V e nela figura um brasão em lisonja com os mesmos campos que estão na pedra: Macedo, Sarmento, Sá e Costa. Esta leitura heráldica é rigorosa e feita segundo o que consta na carta de armas, inédita, deste brasão. A casa é uma casa feminina na arquitectura da fachada: elegante, de colunas curvilíneas e panos frisados nas cantarias. O outro facto curioso é que o marido chamava-se José da Costa Macedo”.

Os dados estão lançados. Não restam dúvidas sobre o porte heróico desta figura (Martim Gonçalves de Macedo) na batalha de Aljubarrota, talvez a mais importante para os desígnios nacionais, que levou à atribuição de grandes mercês por parte de D. João I, como confirmam os documentos originais da sua Chancelaria.

Quanto à sua varonia, ela é comumente aceite pela generalidade das obras e dos fóruns genealógicos nacionais.

Não se sabendo ao certo a data nem local do seu nascimento, assim como nem a data e local do seu falecimento, toda a sua ascendência passa por Macedo de Cavaleiros, com várias referências, citadas por vários autores, sobre a sua residência nessa localidade havendo alguns a atribuírem-lhe a responsabilidade do acessório denominativo “dos Cavaleiros” à sua estirpe.

Martim Gonçalves de Macedo honrou os Macedenses. Agora caberá a estes, numa primeira instância, prestar-lhe o tributo merecido e, numa segunda instância, colocá-lo nos livros da história deste País.

10 Bibliografia

A.H. Oliveira Marques

História de Portugal Vol I Lisboa, Presença 1997

Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal)

Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança
Tomo I, Câmara Municipal de Bragança, 2000

Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal)

Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança
Tomo VI, Câmara Municipal de Bragança, 2000

Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal)

Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança
Tomo VII, Câmara Municipal de Bragança, 2000

Amaral, Augusto Ferreira

“Martim Gonçalves de Macedo salvou D. João na Batalha de Aljubarrota?” In Armas e Troféus, VI série, tomo IV, nºs 1,2 e 3, Lisboa, 1992

Amaral, Augusto Ferreira do

A Varonia Ferreira do Amaral
Edição do Autor, Lisboa, 1974

Baêna, Sanches de, Visconde

Arquivo Heráldico-genealógico, parte 2, artigo “Macedo”, Lisboa, 1872

Borrego, Nuno Gonçalo Pereira

Cartas de Brasão de Armas, Colectânea
Edição Guarda-mor, Edições de Publicações Multimédia, Lda., Lisboa, 2003

Cardoso, Manuel José de Sousa

Macedo de Cavaleiros rua a rua
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros 2005

Correia, Virgílio

Mosteiro da Batalha, número specimem
Litografia Nacional, Porto 1928

Correia, Virgílio

Colecção Monumentos de Portugal nº 1 Mosteiro da Batalha.
Litografia Nacional, Porto 1929

Corrêa, Manuel de Mello (dir)

Anuário da Nobreza de Portugal, Instituto Português de Heráldica
1ª Edição Lisboa, 1985

Fernandes, Nuno da Silva

James Murphy e o Mosteiro da Batalha

Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, IPPC, Lisboa, 1989

Frossart, Jean de

Croniques, Livros III e IV, Paris, 2004

Gayo, Felgueiras

Nobiliário de Famílias de Portugal, Volume VII, 3ª edição

Edições de Carvalhos de Basto

Braga, 1992

Gomes, Saul António

Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII),

Vol I, (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2002/

Gomes, Saul António

Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII),

Vol II, (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2003

Gomes, Saul António

Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII),

Vol III (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2004

João Gouveia Monteiro

Aljubarrota, 1385 a batalha real, Lisboa Tribuna da História, imp 2003

Lopes, Fernão

Crónica de D. João I Vol I s.l.

Civilização, imp 1994

Lopes, Fernão

Crónica de D. João I Vol II s.l.

Civilização, imp 1994

Lopes, Fernão

História de uma Revolução primeira parte “ crónica de El Rei D João I de Boa memória
– 2ª Ed. Publicações Europa-América, Lisboa 1990.

Lopes, Fernão

Crónica de D. João I (edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. De Magalhães Bastos) Vol. I, Livraria Civilização, Barcelos, 1990.

Lopes, Fernão

Crónica de D. João I (edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. De Magalhães Bastos) Vol. II, Livraria Civilização, Barcelos, 1990.

Lopes, Fernão.

Crónica de El-Rei D. João I. Vol II. Segundo o Códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica existentes nas Bibliotecas da Universidade de Coimbra e Municipal do Porto. Barcelos: Livraria Civilização, 1991.

Mattoso, José

“A Nobreza e a Revolução de 1383” em Fragmentos de uma Composição Medieval, Lisboa, 1987

Mendes, Carlos Alberto Santos

Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo – contributos para um programa integrado, Ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2005

Morais, Cristóvão Alão de

Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal) Volume I
Livraria Fernando Machado, Porto 1943

Moreno, Humberto Baquero

Os Itinerários de El-Rei D. João I, Lisboa, 1988

Nicolle, David

French Armies of the Hundred Yars War, Oxford, 2000

Pires, Armando

O Concelho de Macedo de Cavaleiros
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, reedição 1993, Macedo de Cavaleiros.

Rodrigues, Luís Alexandre

Contributos para o estudo da arquitectura religiosa no concelho de Macedo de Cavaleiros, Cadernos Terras Quentes nº 3, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2006

Santos, Frei Manuel dos

Monarquia Lusitana, Parte VIII, Officina da Musica, Lisboa, 1727

Santos, José Travaços

In, Cadernos da Vila Heróica, Arquivos Históricos, Artísticos e Literários da Batalha, Coleção autores, Coleção História e Arte, Ed. Magno, Leiria, 2001

s.n.

Resumo da Fundação do Mosteiro da Batalha e dos túmulos Reaes e particulares que ali existem. 4ª ed. Lisboa

s.n.

Resumo da Fundação do Mosteiro da Batalha e dos túmulos Reaes e particulares que ali existem. 2ª ed. Fotografia Artística, Lim. Leiria 1929.

s.n.

Resumo da Fundação do Mosteiro da Batalha e dos túmulos Reaes e particulares que ali existem.

Tipografia do Diário de Lisboa. Lisboa, 1880

s.n.

Real Mosteiro da Batalha

Breve Notícia sobre a fundação do magnífico edifício e dos túmulos ali existentes

De Typografia Guedes Sucessor arrendatário António A. Santos. Leiria 1900

Tavares, Maria José Pimenta Ferro

A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385, em Revista de História Económica e Social, nº 12, Julho-Dezembro de 1983

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de

Elucidário das palavras, termos e frases, Volume segundo B-Z, Livraria Civilização, 1993, Porto-Lisboa

Züquete, Afonso Eduardo Martins

Tratado de Todos os Vice-Reis da Índia

Ed. Enciclopédia Lisboa, 1962

Züquete, Afonso Eduardo Martins

Amorial Lusitano – Genealogia e Heráldica

Representações Zairol, Lda^a

Lisboa, 1987

Züquete, Afonso Eduardo Martins

Nobreza de Portugal, Volume II

Editorial Enciclopédia, Lda., Lisboa, 1960

Elementos electrónicos

Álvaro Díaz Sandoval
Sandoval de la Reina
Villadiego (Burgos)
[www. Garcia.cirilio@hotmail.com](mailto:www.Garcia.cirilio@hotmail.com)

Soveral, Manuel Abranches
História/Genealogia
Origem dos Avelar e dos Soveral (esquema sucinto em construção – séc. XII a XIV)
<http://pwp.netcabo.pt/soveral>

Soveral, Manuel Abranches
[www.html: Soveral/mas/brandaoMacedoeMellho.htm](http://www.html:Soveral/mas/brandaoMacedoeMellho.htm)

10.1- Chancelaria de D. João I

Próprios A-V –

Livro 1

Microfilma, Rolo AN/TT/0755

Folha 170

Folha 171 V

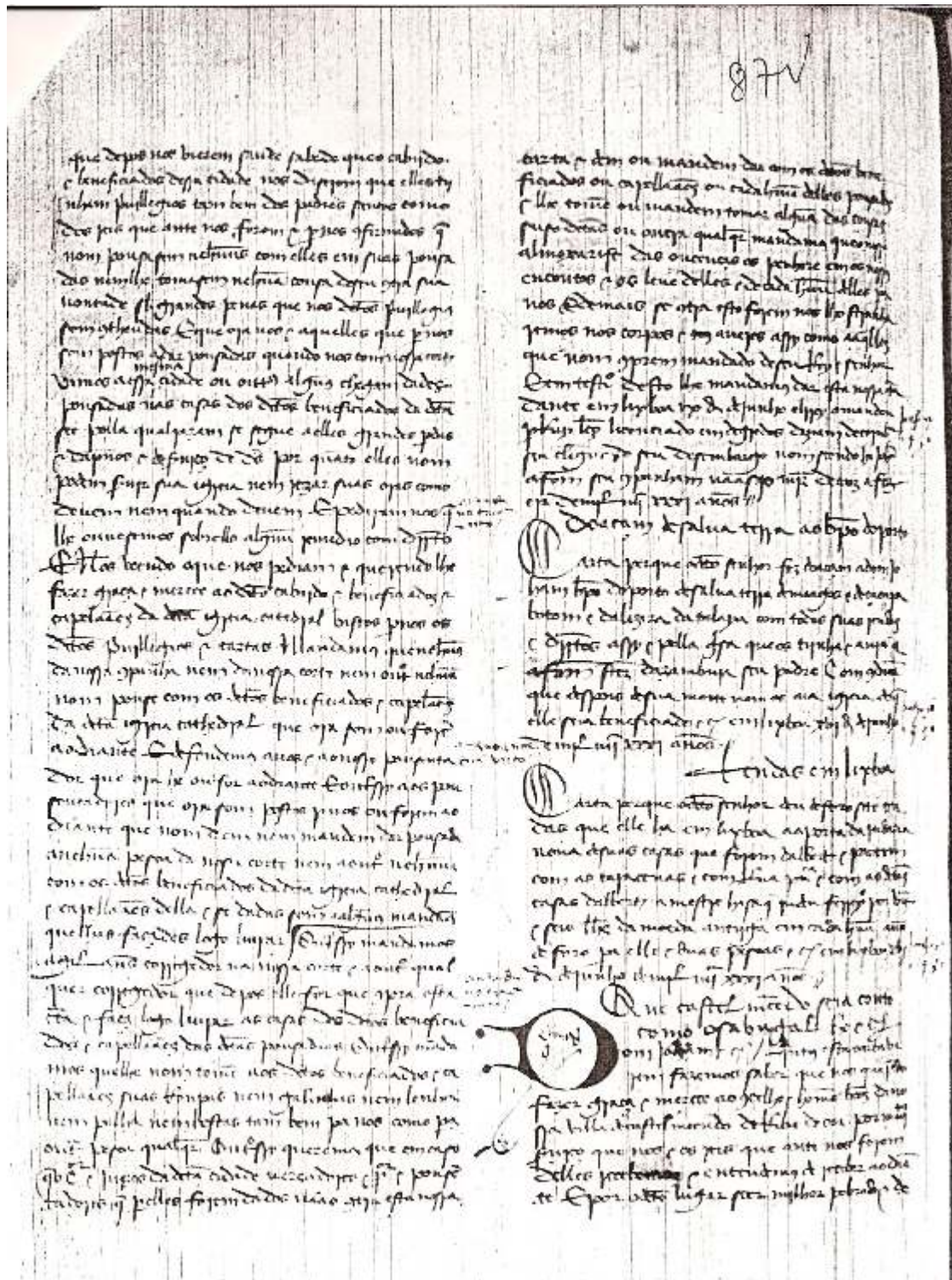
Livro 2

Microfilme, Rolo NA/TT/0167/R

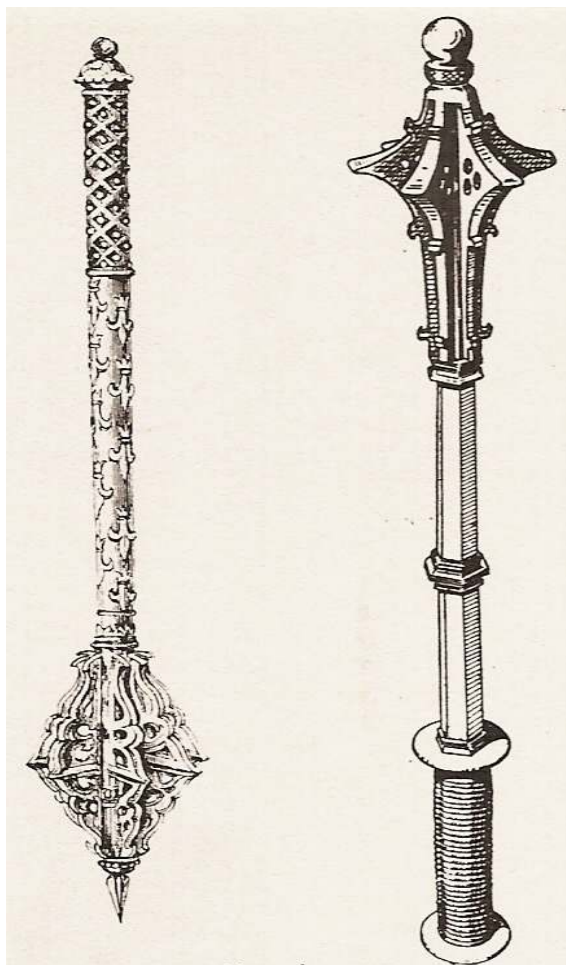
Folha 65 e 65 V

Folha 87 e 87 V


 bapista. Aquestos com afe-
 om poluere. Aquestos afe-
 fijosos pata que nos quipide f-
 apace. Aquestos adon poluere. Aquestos







(Modelos de maças de armas utilizados nos finais do século XIV)

Autores:

Pedro Ferreira Gomes Barbosa

Professor com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Presidente do Instituto Alexandre Herculano de História Regional e do Municipalismo. Consultor científico da Fundação da Batalha de Aljubarrota. Director do Plano Arqueológico de Alcobaça. Membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais. Membro do Centre Européen de Recherche des Congrégations et Ordres Religieux. Consultor científico do projecto Terras Quentes.

Carlos Alberto Santos Mendes

Mestre em História Regional e Local. Licenciado em História e Arqueologia. Investigador externo do Instituto Alexandre Herculano de História Regional e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Presidente da Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes". Responsável e coordenador do Projecto "Terras Quentes".

Patrocínios:

Fundação da Batalha de Aljubarrota



Associação Terras Quentes



Inst. Alexandre Herculano da Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa



Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros



Ficha de Edição

Título:

*De Macedo a Macedo de Cavaleiros (via Aljubarrota)
a figura de Martim Gonçalves de Macedo*

Autores:

*Pedro Ferreira Gomes Barbosa
Carlos Alberto Santos Mendes*

Revisão:

Maria Belmira Mendes

Projecto gráfico e capas:

Passos de cor

Capa: *Armas dos Macedos (antes e depois de Aljubarrota)*

Contra Capa: *Maça de armas, prováveis modelos usados na Batalha de Aljubarrota*

Impressão: *Tipografia da Associação dos Deficientes das Forças Armadas*

Propriedade: *Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros*

Edição: *Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros*

Tiragem: 2.000

ISBN:

Depósito Legal:

1ª Edição: *Junho de 2006*

©Textos e fotografias dos autores